

**RELATÓRIO
DE AVALIAÇÃO ANUAL
PLANO DE
PREVENÇÃO DE RISCOS
DE CORRUPÇÃO
E INFRAÇÕES CONEXAS**

ABRIL 2025

CASCAIS
Câmara Municipal

ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS	2
ENQUADRAMENTO	9
1. METODOLOGIA DO PROCESSO DE PREVENÇÃO DE RISCOS	10
2. ANÁLISE	11
2.1. Instrumentos e Mecanismos de Gestão	11
2.2. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Transversais.....	12
Riscos Transversais.....	14
• Todas as atividades.....	14
2.3. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Específicos	17
Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)	21
• Departamento de Tecnologias de Informação (DTI).....	21
Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)	23
• Departamento de Recursos Humanos (DRH)	23
Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG).....	24
• Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP)	24
• Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC)	26
• Departamento de Apoio à Gestão (DAG)	27
Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)	28
• Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL)	28
Direção Municipal de Cultura (DMCL).....	29
• Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP)	29
Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU).....	30
• Departamento de Promoção de Habitação (DPH).....	30
• Departamento de Licenciamentos Urbanísticos (DLU).....	32
• Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC)	33
Direção Municipal de Projetos Estruturantes (DMES).....	34
• Divisão de Projetos Estruturantes (DPES).....	34
Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)	35
• Departamento de Ambiente e do Mar (DAM).....	35
• Departamento de Participação e Cidadania (DPC).....	36
Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)	37
• Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS).....	37
• Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS).....	39
Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC).....	40
• Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF)	40
Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)	42
• Centro de Recolha Oficial Animal (CROA)	42
• Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM).....	43
3. CONCLUSÃO	44
ANEXOS	46
ANEXO I – ORGANOGRAMA DA MACROESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS	47
ANEXO II – MATRIZ DAS SITUAÇÕES DE RISCO TRANSVERSAIS	49
ANEXO III – MATRIZ DAS ÁREAS ESPECÍFICAS EXPOSTAS A RISCOS	52
ANEXO IV – INQUÉRITOS DE AVALIAÇÃO ANUAL.....	68

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 1 de 46

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
APCER	Associação Portuguesa de Certificação
CCP	Código dos Contratos Públicos
CMC	Câmara Municipal de Cascais
CROA	Centro de Recolha Oficial Animal
DAB	Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico
DACI	Divisão de Auditoria e Controlo Interno
DACN	Divisão de Acompanhamento de Concessões do Domínio Público Marítimo
DACP	Divisão de Apoio à Contratação Pública
DADA	Divisão de Análise de Dados e Apoio à Gestão
DADC	Divisão de Acompanhamento da Descentralização de Competências
DAF	Departamento de Desporto e Atividade Física
DAG	Departamento de Apoio à Gestão
DAGE	Divisão de Administração e Gestão Educativa
DAJ	Departamento de Assuntos Jurídicos
DAM	Departamento de Ambiente e do Mar
DAMA	Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental e do Território
DANT	Divisão de Atos Notariais
DAP	Departamento de Assuntos Patrimoniais
DAPC	Divisão de Atos, Protocolos e Contratos
DAPG	Divisão de Apoio à Gestão
DAPH	Divisão de Arquivos e Património Histórico
DAPI	Divisão de Apoio Pedagógico e Inovação Educativa
DAPO	Divisão de Planeamento e Operações
DASS	Divisão de Associativismo de Moradores
DAT	Departamento de Autoridade de Transportes
DCC	Departamento de Contabilidade e Controlo
DCCG	Divisão de Análise e Dados de Gestão
DCEC	Divisão de Centralização Eletrónica de Compras
DCGE	Divisão de Controlo de Gestão
DCGF	Divisão de Contratação e Gestão Financeira
DCIP	Divisão de Cidadania e Participação
DCOC	Divisão do Centro de Operações
DCOF	Divisão de Projetos Cofinanciados
DCOM	Divisão de Comunicação
DCON	Divisão de Contencioso

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 2 de 46

DCOT	Divisão de Coordenação e Valorização Territorial
DCP	Departamento de Contratação Pública
DCS	Departamento de Comunicação e Serviço ao Cidadão
DDS	Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social
DED	Departamento de Educação
DEFI	Divisão de Execuções Fiscais
DEL	Departamento de Estudos e Loteamentos
DEME	Divisão de Estudos Municipais Estratégicos
DEPR	Divisão de Execução de Projetos
DEPT	Divisão de Empregabilidade e Promoção de Talento
DES	Departamento de Especialidades de Infraestruturas e de Edifícios
DESE	Divisão de Apreciação de Especialidades em Edifícios
DESI	Divisão de Apreciação de Especialidades de Infraestruturas
DESP	Divisão de Desenvolvimento Desportivo
DEXP	Divisão de Expropriações
DFEI	Divisão de Fiscalização de Obras e Infraestruturas
DFI	Departamento Financeiro
DFIS	Divisão de Fiscalização Geral
DFMT	Divisão de Fiscalização e Monotorização de Serviço Público de Transporte de Passageiros
DFOR	Divisão de Formação e Desenvolvimento Organizacional
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
DGEA	Divisão de Gestão Administrativa
DGEC	Divisão de Gestão de Compras
DGET	Divisão de Gestão e Estudos Territoriais
DGEV	Divisão de Gestão de Estrutura Verde
DGPI	Divisão de Gestão Patrimonial Imóvel
DGPM	Divisão de Gestão Patrimonial Móvel
DGPU	Divisão de Gestão de Propriedade Imobiliária Urbana
DGRH	Divisão de Gestão e Valorização de Recursos Humanos
DIAC	Divisão do Atendimento ao Cidadão
DIAJ	Divisão de Assuntos Jurídicos
DIAP	Divisão de Implementação e Acompanhamento de Projetos
DIBI	Divisão de Bibliotecas
DICH	Divisão de Centros Históricos
DICO	Divisão de Contraordenações
DIEP	Divisão de Estudos e Projetos
DINC	Divisão de Intervenção Comunitária

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 3 de 46

DINO	Divisão de Inovação
DIPA	Divisão de Instrução Processual e Gestão Administrativa
DIRS	Divisão de Infraestruturas de Redes e Sistemas
DIV	Departamento de Infraestruturas e Vias
DJUV	Divisão de Juventude
DL	Decreto-Lei
DLC	Departamento de Planeamento e Controlo
DLEC	Divisão de Licenciamentos Económicos
DLOT	Divisão de Loteamentos
DLOU	Divisão de Licenciamentos de Operações Urbanísticas
DLRA	Divisão de Loteamentos e Reconversão Urbana
DLS	Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social
DLU	Departamento de Licenciamento Urbanístico
DLVP	Divisão de Licenciamento de Ocupação e Intervenção na Via Pública
DMAG	Direção Municipal de Apoio à Gestão
DMAS	Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade
DMCL	Direção Municipal de Cultura
DMCR	Direção Municipal de Captação de Recursos
DMCT	Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem
DMDE	Divisão de Marca e Design
DME	Departamento de Obras e Manutenção de Edifícios
DMEC	Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto
DMES	Direção Municipal de Projetos Estruturantes
DMIN	Divisão de Marketing e Inovação
DMOM	Direção Municipal de Obras e Manutenção
DMP	Departamento de Museus e Promoção Cultural
DMPU	Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo
DMSL	Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos
DMSS	Direção Municipal de Saúde e Social
DMUS	Divisão de Museus
DOBR	Divisão de Obras
DOEE	Divisão de Obras de Edifícios e Equipamentos
DOPA	Divisão de Orçamentos Participativos
DORT	Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território
DOVI	Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas
DPAF	Divisão de Promoção da Atividade Física
DPAM	Divisão de Planos de Âmbito Municipal
DPC	Departamento de Participação e Cidadania

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 4 de 46

DPCO	Divisão de Plano e Controlo Orçamental
DPE	Departamento de Planeamento Estratégico
DPEL	Divisão de Projetos Estruturantes e Licenciamentos
DPES	Divisão de Projetos Estruturantes
DPF	Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização
DPGE	Divisão de Planeamento e Prospeção de Projetos
DPGQ	Divisão para a Promoção da Gestão de Qualidade
DPGR	Divisão de Planeamento e Gestão da Rede
DPH	Departamento de Promoção de Habitação
DPIE	Divisão de Promoção da Infância e do Envelhecimento Ativo
DPL	Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos
DPMT	Divisão de Planeamento de Mobilidade e Transportes
DPOL	Divisão de Polícia
DPPC	Divisão de Prospeção e Planeamento de Candidaturas
DPR	Departamento de Processos Especiais
DPRJ	Divisão de Projetos
DPRO	Divisão de Promoção Cultural
DPSE	Divisão de Prevenção e Sensibilização
DPT	Departamento de Promoção do Talento
DPTC	Divisão de Processos de Tribunal de Contas
DPTU	Divisão de Processos de Tutela Urbanística
DQAM	Divisão de Qualificação Ambiental
DRCD	Divisão de Registo e Controlo de Despesas
DRE	Departamento de Eventos e Representação
DRE	Diário da República Eletrónico
DREM	Divisão de Recrutamento e Gestão de Mobilidade
DRES	Divisão de Planeamento e Rede Social
DRGM	Divisão de Regulação, Gestão e Monitorização de Serviço Público de Transporte de Passageiros
DRH	Departamento de Recursos Humanos
DRIH	Divisão de Ribeiras e Inteligências Hídricas
DRIN	Divisão de Relações Internacionais
DRIS	Divisão de Recursos para a Inclusão Social
DRMU	Divisão de Receitas Municipais
DRPP	Divisão de Relações Públicas e Protocolo
DRU	Departamento de Reabilitação Urbana
DSBM	Divisão de Promoção da Saúde e Bem Estar
DSCI	Divisão de Segurança Contra Incêndios em Edifícios Municipais

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 5 de 46

DSE	Departamento de Segurança de Edifícios e Equipamentos Municipais
DSEC	Divisão de Segurança e Cibersegurança
DSEM	Divisão de Segurança de Edifícios e Equipamentos Municipais
DSI	Departamento de Sistemas de Informação Geográfica
DSIG	Divisão de Sistemas de Informação Geográfica
DSQV	Divisão de Solidariedade Social e Qualidade de Vida
DSSM	Divisão de Serviços de Suporte Municipal
DSST	Divisão de Segurança e Saúde no Trabalho
DTAS	Divisão da Transição Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
DTI	Departamento de Tecnologias de Informação
DTM	Departamento de Transportes e Manutenção Auto
DTOA	Divisão de Trânsito e Mobilidade
DTQ	Departamento de Transparência e Qualidade
DTRC	Divisão de Transparência e Conformidade
DVOL	Divisão de Voluntariado
GAAM	Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal
GACG	Gabinete de Coordenação e Gestão
GACM	Gabinete de Apoio à Câmara Municipal
GADI	Gabinete de Apoio ao Diretor
GAGA	Gabinete de Apoio à Gestão Administrativa
GAGC	Gabinete de Apoio à Gestão e Comunicação Cultural
GAGI	Gabinete de Coordenação e Gestão Imóvel
GARE	Gabinete de Apoio ao Recrutamento
GCSE	Gabinete de Coordenação de Segurança
GDCC	Sistema de gestão documental
GECO	Gabinete de Ética e Conformidade
GGAA	Gabinete de Atendimento, Gestão de Assiduidade e de Acessos
GGEM	Gabinete de Gestão e Coordenação de Eventos Municipais
GGST	Gabinete de Gestão de Stocks
GIPA	Gabinete de Instrução de Processos Administrativos
GISP	Gabinete de Intervenção Socioprofissional
GMAT	Gabinete de Planeamento e Gestão de Manutenção Auto
GMED	Gabinete de Medicina no Trabalho
GMOB	Gabinete de Gestão de Mobilidade
GOP	Grandes Opções do Plano
GOSE	Gabinete de Operações de Segurança
GPAT	Gabinete de Planeamento e Gestão de Transportes
GPRE	Gabinete da Presidência

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 6 de 46

GREM	Gabinete de Remunerações
GSET	Gabinete de Segurança no Trabalho
GSUT	Gabinete de Suporte ao Utilizador
GTDI	Gabinete de Transformação Digital
GTEC	Gabinete Técnico
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPAI	Instituto Português de Auditoria Interna
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
MENAC	Mecanismo Nacional Anticorrupção
NCI	Norma de Controlo Interno
NP	Norma Portuguesa
PPR	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
RGPC	Regime Geral de Prevenção da Corrupção
RGPD	Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações
ROSM	Regulamento de Organização dos Serviços Municipais
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SPO	Sistema de Gestão de Processos
TESM	Tesouraria Municipal
UAAD	Unidade de Apoio Administrativo
UAAT	Unidade de Assessoria e Apoio Técnico
UACP	Unidade de Acessibilidades e do Peão
UADS	Unidade de Analítica de Dados
UAGC	Unidade de Acompanhamento à Gestão de Compras
UAGD	Unidade de Gestão da Avaliação de Desempenho
UAPL	Unidade de Apreciação de Projetos e Loteamentos
UAPO	Unidade de Planeamento e Gestão
UATC	Unidade de Apoio Técnico
UATE	Unidade de Apoio Técnico
UBIE	Unidade de Gestão das Bibliotecas Escolares
UCCA	Unidade de Comunicações, Certificações e Alvarás
UCGC	Unidade de Coordenação e Gestão de Cemitérios
UCIN	Unidade de Comunicação Interna
UCPD	Unidade de Coordenação e Planeamento Desportivo
UDES	Unidade de Design de Comunicação
UEDA	Unidade de Educação pela Arte
UEMM	Unidade da Estratégia Municipal do Mar

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 7 de 46

UGAP	Unidade de Gestão de Águas Pluviais
UGAS	Unidade de Gestão e Acompanhamento dos Serviços de Suporte
UGBM	Unidade de Gestão do Bairro dos Museus
UGEI	Unidade de Gestão de Eletricidade e Iluminação Pública
UGEM	Unidade de Gestão de Edifícios e Equipamentos Municipais
UGME	Unidade de Gestão de Mercados e Espaços Comerciais
UGTA	Unidade de Gestão de Teatros, Cinemas e Auditórios
UGVA	Unidade de Gestão da Vila das Artes
ULRA	Unidade de Licenciamento e Reconversão AUGI
UMAD	Unidade de Manutenção de Administração Direta
UMEE	Unidade de Manutenção de Edifícios e Equipamentos
UMOV	Unidade Multidisciplinar de Projetos Institucionais de Valorização
UNIF	Unidade de Intervenção Familiar
UO	Unidade orgânica
UOPI	Unidade de Operações e Informações
UPAM	Unidade de Polícia Ambiental
UPAU	Unidade de Procedimentos de Autorização de Utilização
UPDT	Unidade de Promoção dos Direitos no Território
UPEE	Unidade de Projetos de Edifícios e Equipamentos
UPFI	Unidade de Planeamento Financeiro e Controlo de Custos
UPLA	Unidade de Planeamento e Avaliação
UPOP	Unidade de Publicidade e Ocupação de Espaço Público
UQSA	Unidade de Qualidade e Segurança Alimentar
UREN	Unidade de Recursos para o Envelhecimento Ativo
URIS	Unidade de Recursos para a inclusão Social
UTEF	Unidade Técnica Florestal
UTRA	Unidade de Trânsito

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 8 de 46

ENQUADRAMENTO

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Cascais (doravante Plano) em vigor foi aprovado por deliberação camarária de 25 de fevereiro de 2025.

O Plano atual resulta da análise e revisão do anterior Plano, aprovado em reunião de Câmara de 22 de outubro de 2024, tendo sido incorporadas as propostas de reformulação de riscos e mecanismos de controlo decorrentes da Revisão do Sistema de Gestão Anticorrupção.

O Município de Cascais está comprometido com a prossecução do interesse público, através da salvaguarda de procedimentos internos que permitam a prevenção da corrupção e a elevação dos níveis de integridade e transparência.

Este compromisso contempla a manutenção da conformidade do Sistema de Gestão Anticorrupção (SGAC), que se encontra certificado pela APCER segundo a Norma ISO 37001:2016. Neste âmbito, é assegurada a monitorização periódica das atividades realizadas, tendo em consideração a envolvente do Município, os objetivos estabelecidos para o SGAC, a legislação em vigor, os parâmetros de análise e os critérios de avaliação dos riscos de corrupção identificados, e a eficácia dos mecanismos de controlo.

A aprovação do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), introduziu um novo paradigma na prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas. O programa de cumprimento normativo do Município de Cascais inclui, para além do Plano, o Código de Ética e de Conduta, o Manual de Gestão de Conflitos de Interesses, os Canais de Denúncia para a Promoção da Transparência Municipal, e um programa de formação interna que promove a divulgação das políticas e procedimentos de prevenção da corrupção.

A execução do Plano está sujeita a controlo, pelo que o presente Relatório de Avaliação Anual visa quantificar o grau de implementação das medidas identificadas e, quando aplicável, a previsão da sua plena implementação pelas unidades orgânicas.

As propostas de reformulação de riscos e mecanismos de controlo, bem como da sua aplicabilidade, irão agora ser integradas numa nova versão do Plano.

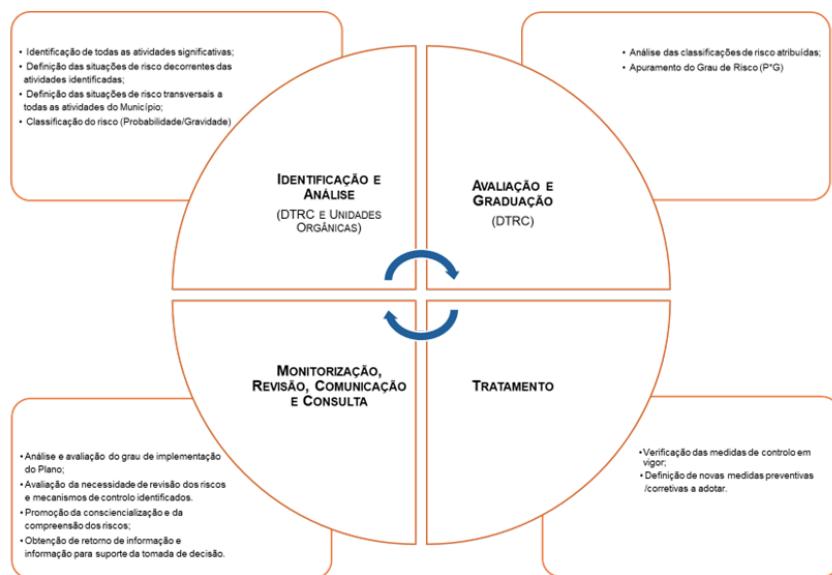
Cabe à Chefia da Divisão de Transparência e Conformidade (DTRC) a responsabilidade geral pela execução, controlo e revisão do Plano e, consequentemente, pela elaboração dos relatórios de avaliação legalmente previstos, em estreita articulação com os dirigentes das unidades orgânicas, que participam ativamente no processo. O Responsável pelo Cumprimento Normativo acompanha a execução, controlo e revisão do Plano.

A apreciação da eficácia e adequação do SGAC para gerir eficazmente os riscos de corrupção do Município é da competência do Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 9 de 46

1. METODOLOGIA DO PROCESSO DE PREVENÇÃO DE RISCOS

O Processo de Prevenção de Riscos do Município de Cascais é um processo contínuo e em constante desenvolvimento, conforme pode ser observado na figura seguinte:



A elaboração do presente Relatório baseou-se na identificação e análise de potenciais situações de risco transversais e específicas, decorrentes das competências e atividades significativas de cada unidade orgânica, que foram equacionadas face à sua probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência. Paralelamente, foram também definidas as opções de tratamento do risco, designadamente os mecanismos de mitigação a adotar. Este levantamento materializou-se na elaboração dos Mapas de Registo do Risco, de autoavaliação da exposição ao risco e de mecanismos de controlo associados, individuais para cada unidade orgânica, cujo preenchimento foi da inteira responsabilidade do respetivo dirigente.

Seguidamente, a conjugação da análise dos dois indicadores de risco - *probabilidade da ocorrência e gravidade da consequência* - permitiu apurar o grau de risco associado às atividades desenvolvidas e hierarquizar as áreas de risco e os processos críticos a elas associados. Estes resultados, conjugados com as respostas fornecidas pelas unidades orgânicas nos Inquéritos de Avaliação Anual (doravante Inquéritos) quanto à fase de implementação dos mecanismos de controlo, possibilitaram a identificação das áreas/atividades que devem merecer maior atenção e a definição da gestão dos seus riscos.

No âmbito da avaliação anual, foram enviados 41 Inquéritos a todos os Departamentos, Divisões e Gabinetes em funções, abrangendo 148 unidades orgânicas.

O organograma da macroestrutura dos serviços municipais consta do ANEXO I.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 10 de 46

2. ANÁLISE

2.1. Instrumentos e Mecanismos de Gestão

O Município de Cascais, no âmbito do Sistema de Gestão Anticorrupção, tem implementado um programa de cumprimento normativo que inclui um conjunto de instrumentos e de mecanismos de gestão, que contribuem de forma determinante para a mitigação genérica dos riscos de corrupção e infrações conexas, sendo aplicáveis de forma transversal e abrangente a todas as unidades orgânicas.

A entrada em vigor do Regime Geral de Prevenção da Corrupção e do Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGIDI), aprovado pela Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, desencadeou a necessidade de revisão e atualização destes instrumentos e mecanismos de gestão, destacando-se as seguintes alterações:

- a) Código de Ética e de Conduta: inclusão de regras relacionadas com a prevenção da corrupção e infrações conexas, sanções disciplinares associadas, acompanhamento e avaliação pelo Responsável pelo Cumprimento Normativo, registo de acesso público das ofertas institucionais, prazos de revisão e de publicitação do Código;
- b) Manual de Gestão de Conflitos de Interesses: densificação dos termos da subscrição das Declarações de Existência e de Inexistência de Conflitos de Interesses, bem como do pedido e da autorização da Acumulação de Funções;
- c) Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas: incorporação de todas as unidades orgânicas em risco, do responsável pela execução controlo e revisão do Plano, e dos prazos de avaliação, revisão e publicitação do Plano;
- d) Canais de Denúncia: implementação de uma plataforma eletrónica de gestão dos Canais de Denúncia Interna e Externa, que assegura a privacidade por defeito, garantindo que toda a informação relacionada com as participações e denúncias circula encriptada, e adaptação do Manual de Procedimentos dos Canais relativamente aos prazos legais estipulados para a tramitação e conservação das denúncias e quanto à proteção dos denunciantes;
- e) Programa de formação e comunicação interna: realização de ação de formação interna anual nos instrumentos e mecanismos de gestão que integram o programa de cumprimento normativo e revisão, no site institucional e na intranet, de toda a documentação relacionada.

No âmbito da mitigação genérica dos riscos, importa também realçar o sistema de controlo interno existente, o qual engloba, designadamente, o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis autárquicos que contribuem para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo o controlo dos sistemas e tecnologias de informação, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade,

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 11 de 46

fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, a preparação oportuna de informação financeira fiável, assim como o cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões dos respetivos titulares.

Os elementos base que dão forma ao sistema de controlo interno do Município de Cascais são os seguintes:

- Plano de organização (constituição do executivo e distribuição de pelouros, regimento do órgão executivo, delegações e subdelegações de competências, estrutura orgânica, macro e micro, atribuições das várias unidades orgânicas e competências dos seus dirigentes);
- Regulamentos internos e externos;
- Planos de contas e Manual de Consolidação de Contas;
- Auditoria interna e Norma de Controlo Interno.

Os documentos que integram o Sistema de Gestão Anticorrupção são divulgados e publicitados interna e externamente, após aprovação em Reunião de Câmara, nos termos do Plano de Comunicação do Sistema de Gestão Anticorrupção.

2.2. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Transversais

A prevenção de riscos no Município de Cascais beneficia também das medidas de controlo associadas às situações de risco de corrupção e infrações conexas transversais e específicas de cada unidade orgânica, decorrentes da prossecução das atividades e procedimentos inerentes às suas competências e atribuições.

Em 2024, foram identificadas 16 situações de risco de corrupção e infrações conexas transversais a todas as atividades, para as quais foram definidos 61 mecanismos de controlo.

Conjugando a análise dos dois indicadores de risco (probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência), verifica-se que 1 situação de risco transversal (6%) apresenta um grau de risco Reduzido e 15 apresentam um grau de risco Moderado (94%). Não existem situações consideradas de grau de risco Elevado.

Para uma análise mais pormenorizada das situações de risco transversais e da percentagem de implementação dos respetivos mecanismos de controlo, pode ser consultada a matriz constante do ANEXO II ao presente Relatório.

Apresenta-se na tabela seguinte, síntese da análise efetuada à avaliação e graduação dos riscos transversais a todas as unidades orgânicas.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 12 de 46

AVALIAÇÃO E GRADUAÇÃO DOS RISCOS TRANSVERSAIS			
N.º de Riscos Identificados		16	
Critérios de Análise		N.º	%
Probabilidade de Ocorrência	Baixa	8	50%
	Moderada	7	44%
	Alta	1	6%
Gravidade da Consequência	Baixa	0	0%
	Moderada	9	56%
	Alta	7	44%
Grau de Risco	Reduzido	1	6%
	Moderado	15	94%
	Elevado	0	0%

Relativamente aos mecanismos de mitigação dos riscos transversais identificados, a monitorização anual realizada permitiu apurar que, dos 61 mecanismos de controlo definidos, 37 já se encontram totalmente Implementados (61%), encontrando-se ainda 24 (39%) Em Implementação em 9 Departamentos/ Divisões. Não existem mecanismos Por Implementar.

Conjugando a análise dos mecanismos de controlo transversais relativamente aos graus de risco apurados, constatou-se que 7 mecanismos (11%) foram definidos para mitigação de situações de grau de risco Reduzido e 54 (89%) para mitigação de situações de grau de risco Moderado.

Quanto aos mecanismos Em Implementação, estão presentes em todas as situações de risco.

Nas páginas seguintes, é feito o balanço do grau de implementação dos mecanismos de controlo transversais que ainda se encontram Em Implementação, sendo identificadas as situações de risco a que dizem respeito e a respetiva graduação do risco, bem como a percentagem de implementação dos mecanismos na globalidade das atividades das unidades orgânicas.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 13 de 46

Riscos Transversais

- Todas as atividades

Existem 24 mecanismos de controlo dos riscos que se encontram Em Implementação em 9 Departamentos/ Divisões.

No Departamento de Sistemas de Informação Geográfica (DSI), a subscrição da Declaração de Conformidade com a Política Anticorrupção encontra-se Em Implementação, não tendo ainda sido subscrita por todos os trabalhadores.

No Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL), a implementação plena da divulgação dos manuais de procedimentos, norma de controlo interno e regulamentos deverá ser concluída até final do 1.º semestre de 2025.

No Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP), a subscrição da Declaração de Conformidade com a Política Anticorrupção encontra-se ainda Em Implementação, não tendo ainda sido subscrita por todos os trabalhadores.

No Departamento de Licenciamento Urbanístico (DLU), encontram-se Em Implementação os procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada uma das fases da execução do contrato e da tramitação do procedimento administrativo, dependendo da implantação de *workflow* para procedimentos, que deverá ser concluída no prazo de 6 meses.

No Departamento de Estudos e Loteamentos (DEL), a falta de recursos humanos tem impedido a implementação plena de metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução dos encargos assumidos, de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada uma das fases da execução do contrato e de metodologias de verificação e de acompanhamento de modificações ao contrato e ao preço contratual. Prevê-se o reforço dos recursos até ao final do 1.º semestre de 2025.

Na Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC), deverá ser concluída a implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada uma das fases da execução do contrato até final do 1.º semestre de 2025.

Na Divisão de Projetos Estruturantes (DPES), prevê-se que, no prazo de 1 ano, esteja concluída a implementação plena de metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução dos encargos assumidos, de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada uma das fases da execução do contrato e da tramitação do procedimento administrativo, de metodologias de verificação e de acompanhamento de modificações ao contrato

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 14 de 46

e ao preço contratual, de metodologias e regras definidas para a gestão documental de todos os processos, bem como o registo e tramitação de toda a documentação no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO).

No Departamento de Participação e Cidadania (DPC), até final de 2025, deverão ser plenamente implementados os procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos em cada uma das fases da execução do contrato e da tramitação do procedimento administrativo, para além do registo e tramitação de toda a documentação no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO).

No Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS), encontram-se Por Implementar os níveis diferenciados de acesso às pastas de arquivo informático, não sendo a situação igual em todo o Departamento. Algumas destas situações, serão resolvidas com a adoção de uma plataforma de benefícios públicos, à medida que a unidade orgânica responsável por esta aplicação consiga customizar de acordo com os programas de candidaturas. Outras situações estão dependentes de um processo de contratação, que se encontra a decorrer, prevendo-se a sua conclusão até final de 2025.

Atendendo à plena implementação de alguns dos mecanismos de controlo transversais, irá ser revista a classificação atribuída à probabilidade de ocorrência das respetivas situações de risco, após ter sido comprovada a eficácia dos mecanismos de controlo Implementados. Estas alterações irão ser contempladas numa nova versão do Plano.

No quadro seguinte, apresenta-se o grau de implementação dos mecanismos de controlo transversais na globalidade das atividades das unidades orgânicas.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 15 de 46

Riscos Transversais								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Todas	Oferecer indevidamente vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Solicitar benefício de qualquer natureza para cumprir ou se abster de cumprir um determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Receber oferta para indevidamente proporcionar vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Infringir as metodologias e responsabilidades a cumprir	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Divulgação e compreensão dos manuais de procedimentos, norma de controlo interno, regulamentos							97%
	Exercício de atividades públicas ou privadas não autorizadas	3	2	6	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Ausência de comunicação ou de informação sobre potenciais situações de corrupção	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	94%
	Conflitos de interesses que comprometam a transparéncia das atividades e/ou dos procedimentos, incluindo acumulação de funções	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Tratamento diferenciado de situações idênticas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Pressão de grupos de interesse	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Deficiente acompanhamento das recomendações de entidades externas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Exercício de poderes discricionários (liberdade de ação administrativa, que permite ao decisor, perante um caso concreto, optar por uma decisão entre várias possíveis, todas elas válidas legalmente)	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Desvio ou apropriação de ofertas institucionais	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Deficiente orçamento dos encargos e consequente derrapagem nos custos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução e dos encargos assumidos							94%
	Deficiente acompanhamento da execução dos contratos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases							89%
	Metodologias de verificação e acompanhamento do contrato, mediante cronogramas de prazo de execução, modificações ao contrato e ao preço contratual							94%
	Deficiente tramitação do procedimento administrativo	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção	95%
	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases							89%
	Metodologias e regras definidas, claras e divulgadas entre os utilizadores, na gestão documental de todos os processos							97%
	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação do processo no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)							94%
	Acesso indevido a informações sigilosas	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Níveis diferenciados de acesso às pastas de arquivo informático	97%

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 16 de 46

2.3. Situações de Risco e Mecanismos de Controlo Específicos

Relativamente às situações de risco de corrupção e infrações conexas específicas de cada unidade orgânica, em termos globais, foram identificadas 536 situações de risco, para as quais estão definidos 1.628 mecanismos de controlo.

Apresenta-se na tabela seguinte, síntese da análise efetuada à avaliação e graduação dos riscos nas atividades desenvolvidas pelas unidades orgânicas.

AVALIAÇÃO E GRADUAÇÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS			
N.º de Riscos Identificados		536	
Critérios de Análise		N.º	%
Probabilidade de Ocorrência	Baixa	500	93,3%
	Moderada	35	6,5%
	Alta	1	0,2%
Gravidade da Consequência	Baixa	22	4,1%
	Moderada	476	88,8%
	Alta	38	7,1%
Grau de Risco	Reduzido	466	86,9%
	Moderado	70	13,1%
	Elevado	0	0,0%

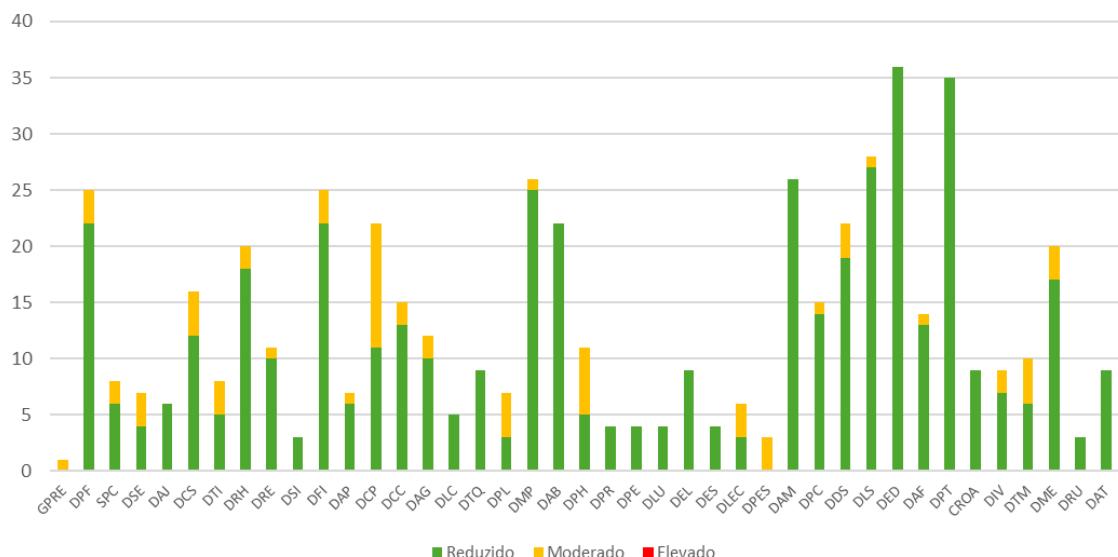
Conjugando a análise dos dois indicadores de risco (probabilidade de ocorrência e gravidade da consequência), constata-se que 466 situações (cerca de 87%) apresentam um grau de risco Reduzido e 70 apresentam um grau de risco Moderado (cerca de 13%). Não existem situações consideradas de grau de risco Elevado.

Para uma análise mais pormenorizada das áreas específicas da atividade municipal consideradas pelas respetivas unidades orgânicas como expostas a riscos de corrupção e infrações conexas, bem como da fase de implementação dos respetivos mecanismos de controlo, pode ser consultada a matriz constante do ANEXO III ao presente Relatório.

Apresenta-se no gráfico seguinte a distribuição do grau de exposição a riscos de corrupção e infrações conexas pelas unidades orgânicas, em função do número de situações de risco específicas identificadas nos 41 Inquéritos respondidos.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 17 de 46

GRAU DE EXPOSIÇÃO AOS RISCOS



Conforme é possível constatar, 85% das unidades orgânicas estimaram um grau de exposição ao risco predominantemente Reduzido. Nas restantes, o grau de risco estimado foi predominantemente Moderado (10%). No caso do DCP e da DLEC (5%), não se verificou um grau de exposição predominante. Conforme já referido, não foram estimadas situações de risco Elevado.

Quanto aos mecanismos de mitigação dos riscos específicos das unidades orgânicas, a monitorização anual realizada junto dos Departamentos, Divisões e Gabinetes do Município de Cascais permitiu apurar que uma expressiva maioria dos 1.627 mecanismos de controlo já se encontra Implementada (cerca de 93%), encontrando-se ainda Em Implementação 65 mecanismos (4%) e Por Implementar 43 mecanismos (cerca de 3%).

Conjugando a análise dos mecanismos de controlo específicos relativamente aos graus de risco apurados, constatou-se que 1.382 mecanismos (cerca de 85%) foram definidos para mitigação de situações de grau de risco Reduzido e 245 mecanismos (cerca de 15%) para mitigação de situações de grau de risco Moderado.

A tabela seguinte permite visualizar a percentagem de implementação dos mecanismos de controlo específicos das unidades orgânicas relativamente aos graus de risco apurados.

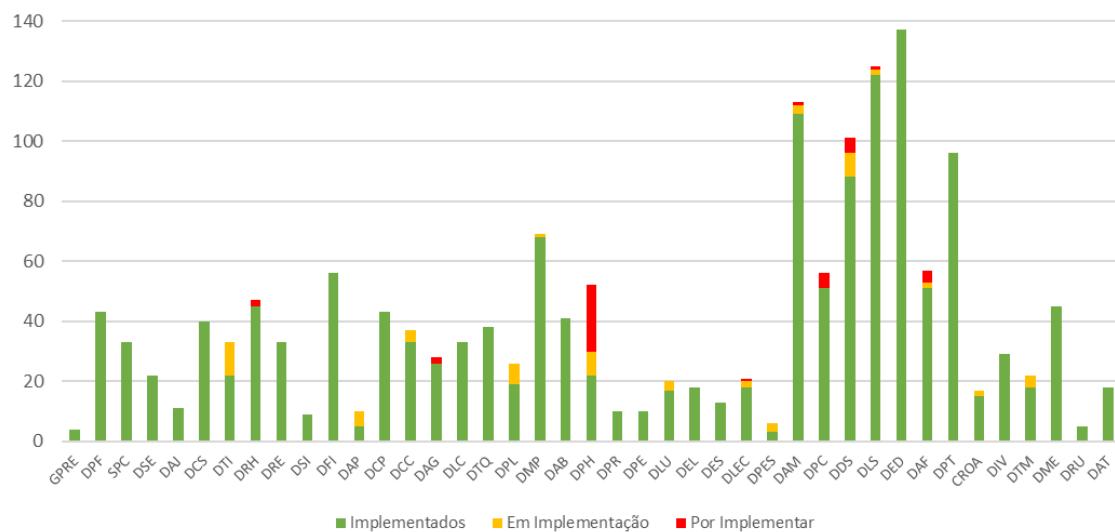
MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 18 de 46

GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTROLO ESPECÍFICOS									
Mecanismos de Controlo		Grau de Risco							
		Reducido		Moderado		Elevado		Total	
Fase de Implementação	Verificação	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)
	Implementados	1326	96%	193	78,8%	0	0%	1519	93,4%
	Em Implementação	39	2,8%	26	10,6%	0	0%	65	4%
	Por Implementar	17	1,2%	26	10,6%	0	0%	43	2,6%
Total		1.382	84,9%	245	15,1%	0	0%	1.627	

Em função da avaliação anual realizada pelas unidades orgânicas, resultou evidente que, na sua maioria, os mecanismos de controlo já se encontram totalmente Implementados, havendo ainda 18 unidades orgânicas (44%) onde existem mecanismos Em Implementação ou Por Implementar.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição da fase de implementação dos mecanismos de controlo pelas unidades orgânicas, em função da avaliação efetuada.

FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTROLO



As unidades orgânicas que apresentaram menor percentagem de mecanismos Implementados foram o Departamento de Promoção de Habitação (DPH) com 42% e a Divisão de Projetos Estruturantes (DPES) e o Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP), ambos com 50%.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 19 de 46

Quanto aos mecanismos Em Implementação, estão presentes em 15 (37%) unidades orgânicas. Já os mecanismos Por Implementar encontram-se em 9 (22%) unidades orgânicas, destacando-se o Departamento de Promoção de Habitação (DPH) com 42%. Cabe destacar que os mecanismos Por Implementar no DPH mitigam situações de risco no âmbito de atividades que ainda não estão a ser executadas, apesar de constarem nas competências desta unidade orgânica.

No âmbito de uma avaliação amadurecida das situações de risco e mecanismos de controlo identificados, algumas unidades orgânicas apresentaram propostas de alteração relacionadas com a respetiva aplicabilidade, designadamente o Departamento de Polícia e Fiscalização (DPF), o Departamento de Tecnologias de Informação (DTI), o Departamento de Recursos Humanos (DRH), o Departamento de Sistemas de Informação Geográfica (DSI), o Departamento Financeiro (DFI), o Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP), o Departamento de Contratação Pública (DCP), o Departamento de Apoio à Gestão (DAG), o Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL), o Departamento de Estudos e Loteamento (DEL), a Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC), a Divisão de Projetos Estruturantes (DPES), o Departamento de Ambiente e do Mar (DAM), e o Departamento de Reabilitação Urbana (DRU). Estas propostas irão ser contempladas numa nova versão do Plano.

Nos quadros apresentados nas páginas seguintes, é feito o balanço do grau de implementação dos mecanismos de controlo que ainda se encontram Por Implementar ou Em Implementação. Nas unidades orgânicas visadas, são apresentados, por área de atividade específica, os riscos de corrupção e infrações conexas identificados, a sua avaliação, as medidas propostas e a fase de implementação das mesmas, bem como os prazos estimados para a implementação plena dos mecanismos pendentes.

Para uma análise mais pormenorizada, podem ser consultados os Inquéritos de Avaliação Anual preenchidos pelas unidades orgânicas (ANEXO IV).

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 20 de 46

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

- Departamento de Tecnologias de Informação (DTI)
 - Divisão de Infraestruturas de Redes e Sistemas (DIRS)
 - Divisão de Inovação (DINO)
 - Divisão de Segurança e Cibersegurança (DSEC)
 - Divisão de Serviços de Suporte Municipal (DSSM)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado						
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Em Implementação						
Segurança da Informação	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização de registos de utilização da MFA (autenticação multifacetada) com recurso a dados biométricos	Em Implementação						
	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Em Implementação						
	Incumprimento do plano de backups definido	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas	Em Implementação						
	Ausência de verificação do estado dos dados de backup	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Ativação de alertas	Em Implementação						
							Registo de operações e de verificação de backups	Em Implementação						

Relativamente aos riscos de grau Reduzido, a implementação dos procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção encontra-se pendente da revisão das componentes dos novos contratos e colaboração nas especificações, que está a ser efetuada em parceria com o Departamento de Obras e Manutenção de Edifícios (DME), tendo em vista assegurar a partilha de responsabilidades em todas as áreas críticas. Este projeto tem várias vertentes, pelo que apenas deverá ser concluído no final de 2025. Quanto ao registo de operações e de verificação de *backups*, exige uma nova solução de *backup* a ser adquirida até final de 2026.

A monitorização de registos de utilização da MFA (autenticação multifacetada) com recurso a dados biométricos, que permite mitigar o risco Moderado de controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, deverá ser implementada até final de 2026, encontra-se em produção em alguns elementos do DTI. Os leitores de impressão digital estão em fase de aquisição, para teste.

Relativamente ao risco de eliminação/ alteração indevida de dados, não é possível prever a conclusão da implementação dos mecanismos de análise periódica dos registos de operações efetuadas e de monitorização periódica dos dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/ sistemas porque não existe um sistema centralizador de todos os *logs*, dependendo de ações dos fabricantes. A ativação de alertas deverá ser implementada até final de 2025, encontrando-se dependente do contrato de manutenção do Portal GSS.

A implementação dos 5 mecanismos de mitigação do risco de ausência de verificação do estado dos dados de *backup* exige uma nova solução de *backup*, a ser adquirida até final de 2026.

Foi também apresentada proposta de alteração de mecanismo de controlo relacionado com a formalização de denúncias relativas a tratamento de dados através de Portal, devido a ser considerado suficiente o endereço eletrónico existente para o efeito.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 22 de 46

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)

- Departamento de Recursos Humanos (DRH)
 - Divisão de Gestão e Valorização de Recursos Humanos (DGRH)
 - Divisão de Recrutamento e Gestão de Mobilidade (DREM)
 - Divisão de Formação e Desenvolvimento Organizacional (DFOR)
 - Divisão de Segurança e Saúde no Trabalho (DSST)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recrutamento e Gestão de RH	Desadequação das propostas de mobilidade e/ou não avaliação de pedidos de mobilidade internos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de Diligência Devida	Por Implementar
Gestão Financeira	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Existência de manual de procedimentos	Por Implementar

No Departamento de Recursos Humanos (DRH), encontram-se Por Implementar os mecanismos de realização da diligência devida e da existência de manual de procedimentos, que permitem mitigar situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

A realização da diligência devida possibilita a mitigação do risco de desadequação das propostas de mobilidade e/ou não avaliação de pedidos de mobilidade internos, associado à atividade de recrutamento e gestão de recursos humanos. Este mecanismo deverá estar plenamente implementado a partir do próximo pedido de mobilidade.

Relativamente à existência de manual de procedimentos para mitigação do risco de controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores, associado à atividade de gestão financeira, consideram-se suficientes os requisitos legais e programa informático existentes, que tornam desnecessária a implementação deste mecanismo.

No âmbito das atividades de manutenção de equipamentos e de gestão financeira, foram ainda apresentadas propostas de alteração de alguns dos mecanismos de controlo Por Implementar, devido a terem sido considerados não aplicáveis.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 23 de 46

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

- Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP)
 - Divisão de Gestão Patrimonial Móvel (DGPM)
 - Divisão de Gestão Patrimonial Imóvel (DGPI)
 - Divisão de Gestão de Propriedade Imobiliária Urbana (DGPU)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens Imóveis adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação

No Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP), encontram-se Em Implementação 5 mecanismos de controlo associados à atividade de gestão do património municipal, que permitem mitigar 4 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido e 1 de grau de risco Moderado.

Relativamente aos riscos de grau Reduzido, encontra-se a ser preparado o lançamento do concurso para o sistema de registo e de inventário dos bens imóveis, que deverá estar concluído até final de outubro de 2025. A base de dados para mitigar o risco de materiais armazenados sem reflexo contabilístico já foi disponibilizada e está a ser carregada, prevendo-se a finalização do processo dentro dos próximos meses. No caso de bens em serviços que possam ser alvo de apropriação indevida ou de gestão incorreta, deveria ser adquirido um sistema que permitisse o controlo automático da circulação dos bens. Quanto à digitalização/ desmaterialização dos processos e documentos que correm o risco de serem deslocados do Arquivo para os serviços, mantém-se por finalizar devido à escassez do tempo disponível das equipas.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 24 de 46

O risco Moderado de ausência de medidas/ práticas de conservação preventiva encontra-se a ser mitigado pela digitalização de todos os processos novos em algumas áreas. Os processos antigos estão ainda a ser digitalizados à medida que são utilizados, não sendo possível prever o prazo de implementação plena deste mecanismo de controlo.

Foi também apresentada proposta de alteração de mecanismo de controlo relacionado com ações de conservação do espólio documental/processual, devido a ter sido considerado não aplicável.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 25 de 46

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

- Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC)
 - Divisão de Receitas Municipais (DRMU)
 - Divisão de Registo e Controlo de Despesas (DRCD)
 - Divisão de Controlo de Gestão (DCGE)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sensibilização dos municíipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Em Implementação
Controlo Interno	Incumprimento da programação de realização de auditorias	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Em Implementação
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Em Implementação
Gestão Financeira	Reporte de informação desatualizada ou incorreta	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Base de dados, automatizada, que forneça os dados de reporte obrigatório	Em Implementação

No Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC), encontram-se Em Implementação 4 mecanismos de controlo associados às atividades de recebimento de taxas, licenças e outros valores, de controlo interno e de gestão financeira. Estes mecanismos mitigam situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

A sensibilização dos municíipes para a solicitação do recibo da operação de pagamento encontra-se dependente da possibilidade de os equipamentos culturais municipais emitirem as faturas/recibo diretamente no ato da venda, pelo que até ao final do mês de maio de 2025 deverão ser criados utilizadores no ERP da faturação, ser ministrada formação aos utilizadores e efetuada a ligação dos computadores às impressoras de talões.

Relativamente à subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses para mitigação de situações de risco relacionadas com a realização e seguimento das auditorias associadas à atividade de controlo interno, prevê-se a implementação plena deste mecanismo até final de abril de 2025.

No âmbito da atividade de gestão financeira, para a mitigação do risco de reporte de informação desatualizada ou incorreta irá contribuir a implementação de uma base de dados automatizada, que forneça os dados de reporte obrigatório. Prevê-se a implementação deste mecanismo até final de 2025.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 26 de 46

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

- Departamento de Apoio à Gestão (DAG)
 - Divisão de Acompanhamento de Concessões do Domínio Público Marítimo (DACN)
 - Divisão de Acompanhamento da Descentralização de Competências (DADC)
 - Divisão de Apoio à Gestão (DAPG)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Elaboração de candidaturas de valorização	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	1	1	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
	Ausência de articulação entre as UO originando a duplicação de iniciativas	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Criação de meios de comunicação internos, relativos às candidaturas de valorização	Por Implementar

No Departamento de Apoio à Gestão (DAG), encontram-se Por Implementar os mecanismos de sistema de informação para monitorização dos apoios concedidos e de criação de meios de comunicação internos relativos às candidaturas de valorização. Estes mecanismos estão associados à atividade de elaboração de candidaturas de valorização e permitem mitigar situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido e Moderado, respetivamente.

Face à implementação dos restantes mecanismos de mitigação do risco de ausência ou deficiente reporte de execução, considera-se desnecessária a criação de um sistema de informação para monitorização dos apoios concedidos. O apoio à ACNUR é atribuído uma única vez e já se encontra salvaguardado pelo acompanhamento da execução do projeto e pela verificação no local.

Relativamente à criação de meios de comunicação internos relativos às candidaturas de valorização para mitigação do risco de ausência de articulação entre as unidades orgânicas, que poderá originar a duplicação de candidaturas, deverá ser partilhada a comunicação no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM).

No âmbito da atividade de gestão do domínio público marítimo e hídrico, foram ainda apresentadas propostas de alteração de alguns dos mecanismos de controlo, devido a terem sido considerados não aplicáveis.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 27 de 46

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)

- Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL)
 - Divisão de Implementação e Acompanhamento de Projetos (DIAP)
 - Divisão de Projetos Cofinanciados (DCOF)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Duplo financiamento	1	3	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma para inclusão no Manual de Procedimentos	Em Implementação
							Divulgação das normas estabelecidas para a gestão de projetos comparticipados no Município	Em Implementação
							Implementação de melhoria para reconhecimento do financiamento da despesa no módulo de gestão financeira (SNC), com identificação da operação financiada, taxa de afetação e/ou a respetiva elegibilidade da despesa;	Em Implementação
							Implementação no Sistema de Normalização Contabilística (AIRC) de um módulo dedicado ao reconhecimento dos subsídios de investimento / financiamento inventariado	Em Implementação
Utilização indevida dos apoios pelo Município	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	3	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma para o acompanhamento e controlo das operações comparticipadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	2	2	2	Moderado		Norma para o acompanhamento e controlo das operações comparticipadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos	Em Implementação
Incorreta verificação da conformidade da despesa	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	2	2	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Norma vertida no Manual de Procedimentos que garante a uniformização na verificação da conformidade da despesa	Em Implementação
	Incorreta verificação da conformidade da despesa							

No Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL), encontram-se Em Implementação 7 mecanismos de controlo associados à atividade de projetos cofinanciados, que permitem mitigar 4 situações estimadas como sendo de grau de risco Moderado.

A implementação plena de todos os mecanismos de mitigação das situações de risco identificadas deverá ocorrer até ao final do 1.º semestre de 2025.

Relativamente aos mecanismos de controlo do risco de duplo financiamento, a implementação de melhorias para reconhecimento do financiamento da despesa no módulo de gestão financeira, bem como a implementação de um módulo dedicado ao reconhecimento dos subsídios de investimento/financiamento inventariado, estão a ser implementados no Departamento Financeiro. Após a conclusão das melhorias, será dado acesso ao DPL.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 28 de 46

Direção Municipal de Cultura (DMCL)

- Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP)
 - Divisão de Museus (DMUS)
 - Divisão de Promoção Cultural (DPRO)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos	Em Implementação

No Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP), encontra-se Em Implementação o mecanismo de elaboração e divulgação dos manuais de procedimento. Este mecanismo permite mitigar o risco de tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal, uma situação estimada como sendo de grau de risco Reduzido.

Em parceria com o Serviço Municipal de Proteção Civil (SPC), está a ser elaborado o manual de procedimentos para situações de catástrofe, tendo já sido realizados simulacros nos diversos edifícios. Prevê-se a conclusão da implementação deste mecanismo até final de 2025.

No âmbito das atividades de atendimento a munícipes e outras partes interessadas, de manutenção de edifícios e de comunicação, foram ainda apresentadas propostas de alteração de alguns dos mecanismos de controlo, devido a terem sido considerados não aplicáveis.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 29 de 46

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

- Departamento de Promoção de Habitação (DPH)
 - Divisão de Projetos (DPRJ)
 - Divisão de Obras (DOBR)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos de Obras Municipais	Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervenham no Processo	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo do Projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte da execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
Carta Municipal de Habitação	Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervenham no Processo	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento da fase de diagnóstico	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento da fase de definição de objetivo e instrumentos de intervenção	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento da proposta final	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte da execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação

No Departamento de Promoção de Habitação (DPH), encontra-se Em Implementação o procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses. Este mecanismo visa mitigar 8 situações de risco associadas às atividades de projetos de obras municipais e da carta municipal de habitação, estimadas como sendo de grau Reduzido ou Moderado.

A elaboração e implementação do Manual de Procedimentos do DPH deverá ocorrer até ao final do 1.º semestre de 2026.

Conforme poderá ser observado no quadro da página seguinte, encontram-se Por Implementar os mecanismos de mitigação dos riscos associados à atividade de execução de obras municipais, devido a esta atividade ainda não se encontrar a ser desenvolvida pelo DPH.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 30 de 46

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar	
	Elaboração de relatórios de controlo						Por Implementar		
	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses						Por Implementar		
	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses						Por Implementar		
	Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos						Por Implementar		
	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos						Por Implementar		
	Frequência de ações de formação sobre legislação						Por Implementar		
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar	
	Dinamização do Canal de Denúncias						Por Implementar		
	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica						Por Implementar		
	Elaboração de relatórios de controlo						Por Implementar		
	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses						Por Implementar		
	Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos						Por Implementar		
	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos						Por Implementar		
	Frequência de ações de formação sobre legislação						Por Implementar		
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar	
	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica						Por Implementar		
	Elaboração de relatórios de controlo						Por Implementar		
	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses						Por Implementar		
	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial						Por Implementar		
	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos						Por Implementar		
	Frequência de ações de formação sobre legislação						Por Implementar		
	Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos						Por Implementar		

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 31 de 46

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

- Departamento de Licenciamentos Urbanísticos (DLU)
 - Divisão de Licenciamentos de Operações Urbanísticas (DLOU)
 - Divisão de Loteamentos e Reconversão Urbana (DLRA)
 - Divisão de Gestão Administrativa (DGEA)
 - Divisão de Centros Históricos (DICH)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Em Implementação
							Atribuição de tarefas com prazo a cada funcionário por parte da chefia direta, nos casos de incumprimento sistemático de prazos	Em Implementação
							Implementação de Power BI de prestação de serviço de cada divisão do departamento	Em Implementação

No Departamento de Licenciamentos Urbanísticos (DLU), encontram-se Em Implementação os procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, a atribuição de tarefas com prazo definido aos funcionários com incumprimento sistemático de prazos e o Power BI de prestação de serviço de cada Divisão. Estes mecanismos estão associados à atividade de licenciamentos e permitem mitigar a situação de incumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação, estimada como sendo de grau de risco Reduzido.

A implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos encontra-se limitada pelo facto de o sistema SPO não permitir a obtenção de relatórios sistemáticos, estando prevista a definição de *workflow* para tipos de processos.

No caso dos funcionários com incumprimento sistemático de prazos, encontra-se em avaliação a respetiva atribuição de tarefas com prazo definido pelas chefias diretas.

Quanto ao Power BI, está em fase de avaliação dos dados obtidos e de deteção de eventuais erros.

A implementação plena de todos os mecanismos de mitigação das situações de risco identificadas deverá ocorrer no prazo de 6 meses.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 32 de 46

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)

- Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação/decisão	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Em Implementação
Cobrança de taxas	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sensibilização dos municíipes para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Por Implementar

Na Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC), encontram-se Em Implementação os mecanismos de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos e o sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos, associados à atividade de licenciamentos. A sensibilização dos municíipes para a solicitação de recibo da operação de pagamento, associada à atividade de cobrança de taxas, encontra-se Por Implementar. Estes mecanismos permitem mitigar situações estimadas como sendo de grau de risco Moderado.

A implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação/ decisão encontra-se a decorrer e deverá ser concluída antes do final do 1.º semestre de 2025. Os diferentes intervenientes estão a ser sensibilizados para o cumprimento dos prazos.

Quanto ao sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos, deverá ser concluído no prazo de 90 dias. Estão a ser realizados testes internos para a implementação de sistemas de alarme na aplicação informática.

No âmbito da cobrança de taxas, o mecanismo de sensibilização dos municíipes para a solicitação de recibo da operação de pagamento, tendo em vista a mitigação do risco de falta de cobrança ou cobrança indevida, encontra-se desadequado devido à faturação já estar a ser realizada de forma eletrónica. Assim, este mecanismo deverá ser substituído pelo controlo das contas correntes das entidades, que já se encontra Implementado.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 33 de 46

Direção Municipal de Projetos Estruturantes (DMES)

• Divisão de Projetos Estruturantes (DPES)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de controlo enquadradas pela cadeia hierárquica	Em Implementação
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Execução de revisão de projeto	Por Implementar
	Deficiente controlo do plano de investimentos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Controle de Trabalhos complementares em todas as reuniões de obra	Em Implementação

Na Divisão de Projetos Estruturantes (DPES), encontram-se Em Implementação os mecanismos de realização de ações de controlo enquadradas pela cadeia hierárquica, o controlo de trabalhos complementares em todas as reuniões de obra e a realização de reuniões de acompanhamento com a área financeira, associados à atividade de execução de obras municipais. A execução de revisão de projeto encontra-se Por Implementar. Estes mecanismos permitem mitigar situações estimadas como sendo de grau de risco Moderado.

A realização de ações de controlo enquadradas pela cadeia hierárquica, o controlo de trabalhos complementares em todas as reuniões de obra e a realização de reuniões de acompanhamento com a área financeira encontram-se a decorrer até à conclusão das empreitadas. Estes mecanismos permitem controlar as situações de risco relacionadas com o deficiente controlo da execução e orçamento da obra, o elevado volume de trabalhos complementares e o deficiente controlo do plano de investimentos.

Quanto ao mecanismo de execução de revisão de projeto, foi considerado desadequado à mitigação do risco de elevado volume de trabalhos complementares, pelo que irá ser retirado.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 34 de 46

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)

- Departamento de Ambiente e do Mar (DAM)
 - Divisão de Gestão de Estrutura Verde (DGEV)
 - Divisão de Qualificação Ambiental (DQAM)
 - Divisão de Ribeiras e Inteligências Hídricas (DRIH)
 - Divisão da Transição Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (DTAS)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
Realização de Programas Parceria	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
Realização de Projetos Participativos	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação

No Departamento de Ambiente e do Mar (DAM), encontra-se Em Implementação a norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade. Este mecanismo visa mitigar 3 situações de risco associadas às atividades de atribuição de apoios financeiros, realização de programas de parceria e realização de projetos participativos, estimadas como sendo de grau Reduzido.

A implementação da norma interna encontra-se a decorrer e deverá estar concluída no prazo de 3 meses.

No âmbito das atividades de realização de projetos participativos, projetos cofinanciados e planeamento e ordenamento do território, foram ainda apresentadas propostas de alteração de alguns dos mecanismos de controlo Por Implementar, devido a terem sido considerados não aplicáveis.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 35 de 46

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)

- Departamento de Participação e Cidadania (DPC)
 - Divisão de Cidadania e Participação (DCIP)
 - Divisão de Orçamentos Participativos (DOPA)
 - Divisão de Voluntariado (DVOL)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
Realização de Programas Parceria	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
Realização de Projetos Participativos	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar

No Departamento de Participação e Cidadania (DPC), encontra-se Por Implementar o sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos. Este mecanismo visa mitigar 5 situações de risco associadas às atividades de atribuição de apoios financeiros, realização de programas de parceria e realização de projetos participativos, estimadas como sendo de grau Reduzido ou Moderado.

A implementação do sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos irá disponibilizar uma plataforma para introduzir os dados de apoio de correntes. Este mecanismo permitirá controlar as situações de risco relacionadas com a utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a atribuição dos apoios, a ausência ou deficiente reporte de execução e a utilização indevida dos apoios pelas entidades. O sistema de informação deverá ser implementado até final de 2026.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 36 de 46

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

- Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS)
 - Divisão de Planeamento e Rede Social (DRES)
 - Divisão de Promoção da Infância e do Envelhecimento Ativo (DPIE)
 - Divisão de Recursos para a Inclusão Social (DRIS)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação Por Implementar
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
Atribuição de Apoios Sociais	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
Realização de Programas Parceria	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios, objetividade e transparência nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital) Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar Por Implementar Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
Realização de Projetos Participativos	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar Em Implementação
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação

No Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS), encontra-se Por Implementar a norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade. Em Implementação, encontra-se o sistema de informação para a monitorização da aplicação dos apoios concedidos. Estes mecanismos visam mitigar 8 situações de risco associadas às atividades de atribuição de apoios financeiros e sociais, realização de programas de parceria e realização de projetos participativos, estimadas como sendo de grau Reduzido ou Moderado.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 37 de 46

A implementação da norma interna encontra-se dependente da conclusão da sistematização de fluxos de trabalho, que está em curso. Prevê-se a implementação da norma até final de junho de 2025.

Quanto ao sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos, a plataforma de benefícios públicos irá ser utilizada pela primeira vez para um dos principais programas de financiamento na área do envelhecimento. Para tal, foi necessário proceder a adaptações específicas. Pretende-se que, gradualmente, todos os programas de financiamento sejam geridos pela plataforma. O sistema de informação deverá ser implementado até final de abril de 2025.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 38 de 46

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

- Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS)
 - Divisão de Solidariedade Social e Qualidade de Vida (DSQV)
 - Divisão de Promoção da Saúde e Bem Estar (DSBM)
 - Divisão de Intervenção Comunitária (DINC)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do município	Por Implementar
Atribuição de Subsídios	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação
Realização de Programas Parceria	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação

No Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS), encontra-se Por Implementar o sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do município com o atendimento municipal. Os meios de controlo da aplicação dos apoios concedidos encontram-se Em Implementação. Estes mecanismos visam mitigar 3 situações de risco associadas às atividades de atribuição de atendimento a municípios e outras partes interessadas, atribuição de subsídios e realização de programas de parceria, estimadas como sendo de grau Reduzido.

A implementação do sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do município com o atendimento municipal irá permitir controlar o risco relacionado com informação incorreta/ desadequada transmitida aos cidadãos. Prevê-se a implementação do sistema até final de 2025.

Quanto aos meios de controlo da aplicação dos apoios concedidos sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos, encontram-se a ser trabalhados e deverão ser implementados até final de 2025.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 39 de 46

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)

- Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF)
 - Divisão de Desenvolvimento Desportivo (DESP)
 - Divisão de Promoção da Atividade Física (DPAF)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	1	2	Reducido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Realização de Diligência Devida	Por Implementar
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Por Implementar
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Por Implementar

No Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF), encontram-se Em Implementação os mecanismos de digitalização/ desmaterialização de processos e a realização da diligência devida, associados às atividades de gestão do património municipal e de atribuição de apoios financeiros. A existência de uma equipa multidisciplinar, que assegure uma análise rigorosa e imparcial, a fundamentação técnico-jurídica dos apoios a atribuir e a constituição de um grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperado nas iniciativas/ programas, associados às atividades de atribuição de apoios financeiros e de realização de programas de parceria, encontram-se Por Implementar. Estes mecanismos permitem mitigar 5 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

A digitalização/ desmaterialização de processos depende do alinhamento de todas as áreas do Município neste processo, sendo necessário aumentar o número de utilizadores da assinatura digital. Para tal, deveriam ser emitidas diretivas concisas para todo o universo municipal. A plena implementação deste mecanismo deverá ocorrer apenas no final de 2026.

A realização da diligência devida é um mecanismo recente, cuja implementação está a decorrer e que deverá estar inserido em todos os processos no início da próxima época desportiva.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 40 de 46

A existência de uma equipa multidisciplinar, que assegure uma análise rigorosa e imparcial da atribuição de apoios, depende de um aumento dos recursos humanos. Neste momento, a análise é efetuada pelos Técnicos que acompanham o processo e respetiva chefia. A abertura de procedimento concursal, ainda sem prazo definido, permitirá ter uma equipa especializada e focada nos procedimentos financeiros, beneficiando também a implementação dos mecanismos de fundamentação técnico-jurídica dos apoios a atribuir e da constituição de um grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperado nas iniciativas/ programas.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 41 de 46

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)

- Centro de Recolha Oficial Animal (CROA)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petiçãoes e sugestões	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Em Implementação
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC)	Em Implementação

Analizando a autoavaliação efetuada pelo Centro de Recolha Oficial Animal (CROA), verifica-se que se encontra Em Implementação o mecanismo de registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC), associado à atividade de atendimento a municípios e outras partes interessadas. Este mecanismo permite mitigar 2 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

A implementação do registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC) irá permitir controlar os riscos relacionados com o deficiente registo de reclamações/ petições e sugestões e com a informação incorreta/ desadequada transmitida aos cidadãos. A implementação plena do mecanismo dependerá do tempo associado à operação.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 42 de 46

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)

- Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM)
 - Divisão de Análise de Dados e Apoio à Gestão (DADA)

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Gestão de Transportes	Deficiente supervisão e fiscalização da atividade dos operadores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização da qualidade do serviço prestado	Em Implementação
	Insuficiente fundamentação na tomada de decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de critérios de análise pré-definidos	Em Implementação
	Inadequada monitorização dos serviços de transporte de passageiros e carga de mercadorias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Em Implementação
								Elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódico
								Em Implementação

No Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM), encontram-se Em Implementação a monitorização da qualidade do serviço prestado, a existência de critérios de análise pré-definidos, a fundamentação técnico-jurídica e a elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódica. Estes mecanismos estão associados à atividade de planeamento e gestão de transportes e permitem mitigar 3 situações estimadas como sendo de grau de risco Reduzido.

Os mecanismos relacionados com a monitorização da qualidade do serviço prestado e a elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódica dependem da operacionalização da plataforma informática de gestão de frota. Estes mecanismos irão permitir controlar os riscos de deficiente supervisão e fiscalização das atividades dos operadores e de inadequada monitorização dos serviços de transporte de passageiros e carga de mercadorias.

Quanto à implementação dos mecanismos de existência de critérios de análise pré-definidos e de fundamentação técnico-jurídica, tendo em vista a mitigação do risco de insuficiente fundamentação na tomada de decisão, encontram-se dependentes da atualização do Regulamento Interno de Uso e Cedência de Veículos Municipais.

A implementação plena de todos os mecanismos de mitigação das situações de risco identificadas deverá ocorrer até ao final do 1.º semestre de 2025.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 43 de 46

3. CONCLUSÃO

Nos termos definidos no RGPC, a avaliação anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas visou, em particular, quantificar o grau de implementação das medidas transversais e específicas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação.

Da análise efetuada, constatou-se que, nos 61 mecanismos de controlo transversais a todas as atividades, 37 já se encontram totalmente Implementados, tendo sido considerados eficazes. Quanto aos restantes 24 mecanismos, encontram-se Em Implementação em 9 Departamentos/ Divisões, prevendo-se a plena implementação da maior parte destes mecanismos ainda durante o presente ano.

Nas 16 situações de riscos transversais identificadas, a maioria foi estimada como sendo de grau Moderado, existindo apenas 1 situação de grau Reduzido. Para esta situação, foram definidos 7 mecanismos de mitigação, tendo sido definidos 54 para mitigação das situações de grau de risco Moderado.

Relativamente às situações de risco específicas de cada unidade orgânica, as 148 unidades orgânicas respondentes aos Inquéritos de Avaliação Anual, identificaram 536 situações de risco, no âmbito das 38 áreas específicas de intervenção, para as quais foram definidos um total de 1.628 mecanismos de controlo.

Em termos globais, verificou-se que cerca de 87% das situações identificadas foi estimada como de grau de risco Reduzido e 13% de grau Moderado. Não foram estimadas situações como de grau de risco Elevado.

Quanto à implementação dos mecanismos de controlo específicos de cada unidade orgânica, importa ressalvar que a maioria (93%) dos mecanismos de controlo previstos encontram-se, na sua generalidade, Implementados, contribuindo de forma determinante para a redução da probabilidade de ocorrência de riscos de corrupção e infrações conexas. Nas situações estimadas como de grau de risco Reduzido, a percentagem de medidas Implementadas atinge os 96%, encontrando-se 79% das medidas Implementadas nas situações de risco Moderado.

No âmbito da promoção pelo Município de Cascais de uma cultura de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, assente na sistematização de procedimentos e no incremento da transparência e rigor, cabe destacar a manutenção da implementação contínua das seguintes medidas:

- Cumprimento do Sistema de Gestão Anticorrupção, em concordância com os requisitos da Norma ISO 37001:2016;
- Sensibilização para a Política Anticorrupção e para os princípios éticos institucionais que constam do Código de Ética e Conduta;

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 44 de 46

- Subscrição por todos os trabalhadores e colaboradores da Declaração de Conhecimento da Política Anticorrupção;
- Cumprimento do estipulado no Manual de Gestão de Conflitos de Interesses;
- Tramitação de todas as denúncias através dos Canais de Denúncia Interna e Externa;
- Promoção de ações de formação no âmbito da prevenção da corrupção e infrações conexas;
- Disponibilização de informação pública atualizada e de forma simples e acessível;
- Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno;
- Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas;
- Avaliação, revisão e atualização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Relativamente às medidas não implementadas, concluiu-se que 51% destas medidas são relativas a situações de grau de risco Reduzido e 49% a grau de risco Reduzido. Muitas destas medidas deverão ser implementadas até ao final do corrente ano.

Os resultados apurados no presente relatório serão objeto de acompanhamento e monitorização pela Chefia da Divisão de Transparência e Conformidade (DTRC), em estreita articulação com os dirigentes das unidades orgânicas. Cabe ao Responsável pelo Cumprimento Normativo acompanhar a execução, controlo e revisão do Plano.

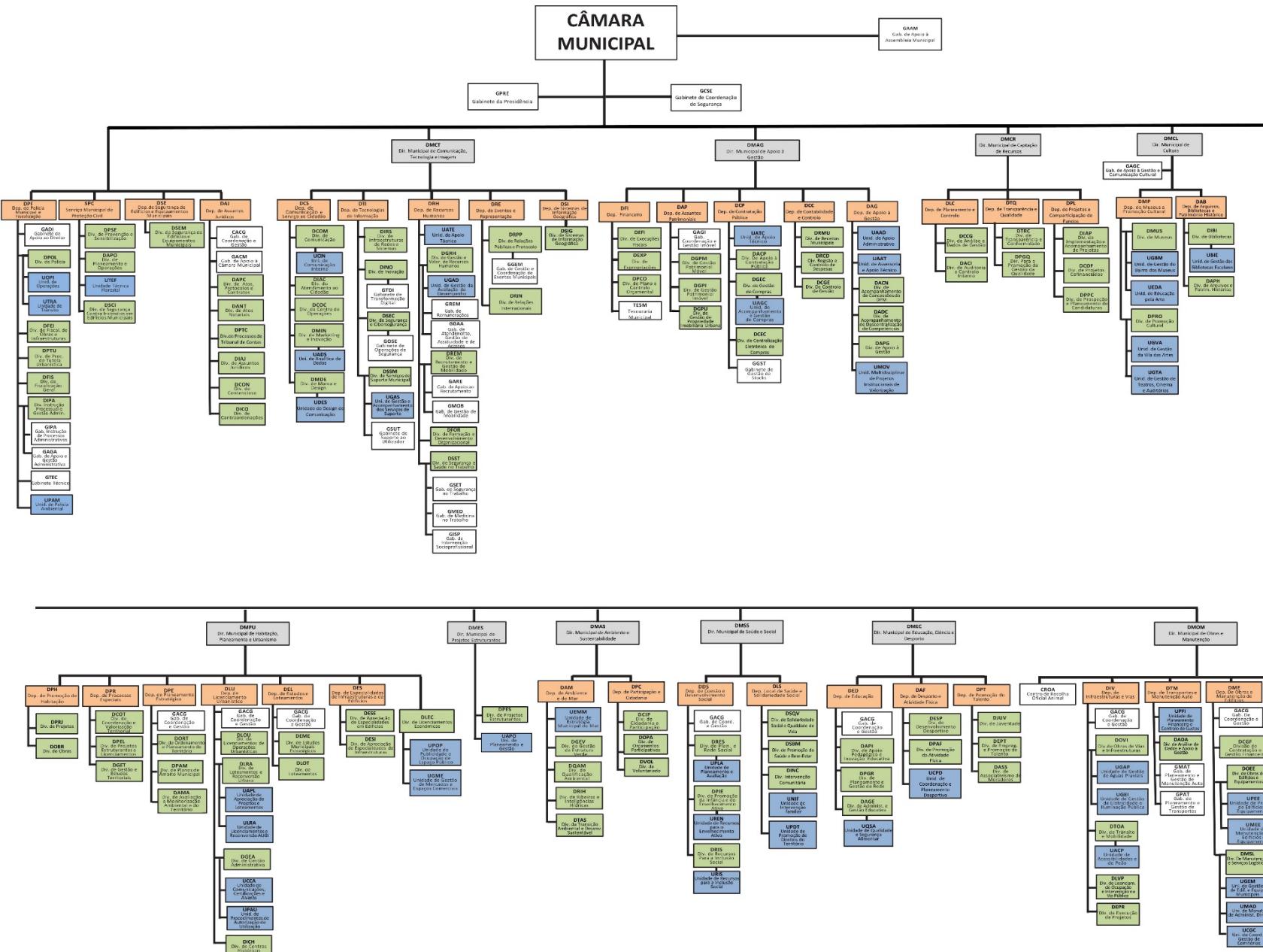
As propostas de reformulação dos mecanismos de controlo dos riscos, bem como da sua aplicabilidade, irão agora ser integradas numa nova versão do Plano, tendo em vista uma adequação plena às atividades desenvolvidas pelas unidades orgânicas.

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 45 de 46

ANEXOS

MOD.SGAC.37.01	Elaborado	Aprovado	27-05-2025
	Responsável pela Função de Conformidade Anticorrupção	Órgão de Governação	Página 46 de 46

ANEXO I – ORGANOGRAMA DA MACROESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS



ANEXO II – MATRIZ DAS SITUAÇÕES DE RISCO TRANSVERSAIS

Riscos Transversais									
	Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Todas	Oferecer indevidamente vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias	100% 95% 100%	
	Solicitar benefício de qualquer natureza para cumprir ou se abster de cumprir um determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Cumprimento dos procedimentos de contratação pública Rotatividade dos membros do júri	100% 95% 100% 100% 97%	
	Receber oferta para indevidamente proporcionar vantagem na realização de determinado ato	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias	100% 95% 100%	
	Infringir as metodologias e responsabilidades a cumprir	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Divulgação e compreensão da Política Anticorrupção Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Divulgação e compreensão dos manuais de procedimentos, norma de controlo interno, regulamentos Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	100% 95% 100% 97% 100%	
	Exercício de atividades públicas ou privadas não autorizadas	3	2	6	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses em Regime de Acumulação de Funções Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	95% 100% 100% 100%	
	Ausência de comunicação ou de informação sobre potenciais situações de corrupção	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Emissão de Relatório anual de denúncias à Assembleia da República	94% 100% 100%	
	Conflitos de interesses que comprometam a transparéncia das atividades e/ou dos procedimentos, incluindo acumulação de funções	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses em Regime de Acumulação de Funções Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	95% 100% 100% 100%	
	Tratamento diferenciado de situações idênticas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas Código de Ética e Conduta, onde constam as diretrizes de atuação	95% 100% 100% 100%	
	Pressão de grupos de interesse	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Divulgar a agenda das reuniões dos membros do Executivo	95% 100% 100%	
	Deficiente acompanhamento das recomendações de entidades externas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	95% 100% 100%	
Exercício de poderes discricionários (Liberdade de ação administrativa, que permite ao decisor, perante um caso concreto, optar por uma decisão entre várias possíveis, todas elas válidas legalmente)		2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Dinamização do Canal de Denúncias Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	95% 100% 100%	

Riscos Transversais									
	Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Todas	Desvio ou apropriação de ofertas institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Dinamização do Canal de Denúncias Código de Ética e Conduta, onde constam as diretrizes de atuação Acompanhamento e supervisão pelos dirigentes Registo das ofertas institucionais e articulação para gestão interna dos bens/serviços Implementação do Programa Anual de Auditorias Internas	95% 100% 100% 100% 100% 100% 100%	
	Deficiente orçamento dos encargos e consequente derrapagem nos custos	2	2	4	Moderado		Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Metodologias de verificação e acompanhamento dos cronogramas de execução e dos encargos assumidos Cumprimento dos procedimentos de contratação pública	95% 94% 100%
	Deficiente acompanhamento da execução dos contratos	2	2	4	Moderado			Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases Metodologias de verificação e acompanhamento do contrato, mediante cronogramas de prazo de execução, modificações ao contrato e ao preço contratual	95% 89% 94%
	Deficiente tramitação do procedimento administrativo	2	2	4	Moderado		Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases Metodologias e regras definidas, claras e divulgadas entre os utilizadores, na gestão documental de todos os processos Registo e respetiva tramitação de toda a documentação do processo no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	95% 89% 97% 94%
	Acesso indevido a informações sigilosas	2	2	4	Moderado			Fundamentação técnica e ou jurídica das propostas submetidas a decisão Segregação de Funções Níveis diferenciados de acesso às pastas de arquivo informático Acesso restrito ao arquivo físico	100% 100% 97% 100%

ANEXO III – MATRIZ DAS ÁREAS ESPECÍFICAS EXPOSTAS A RISCOS

Riscos Específicos		Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	Grau de Risco:																																							
GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPEs	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT				
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petição e sugestões	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	I		I	I	I	I	I																																		
			Envolvimento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	I		I	I	I	I	I																																		
			Revisão e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	I		I	I	I	I	I																																		
			Prestação de esclarecimentos no preenchimento da Reclamação																																									
			Favorecimento no registo de entrada de documentos	I		I	I	I	I	I																																		
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Registo de todos os documentos na aplicação de gestão documental	I		I	I	I	I	I																																		
			Registo e respetiva tramitação/arquivar de toda a documentação, entrega, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	I		I	I	I	I	I																																		
			Existe norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																									
			Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	I		I	I	I	I	I																																		
			Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	I		I	I	I	I	I																																		
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	Registo e respetiva tramitação/arquivar de toda a documentação, entrega, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	I		I	I	I	I	I																																		
			Existe norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																									
			Sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do município																																									
			Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entrega, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	I		I	I	I	I	I																																		
			Realização de reuniões de trabalho periódicas	I		I	I	I	I	I																																		
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	Uniformização dos métodos/procedimentos de trabalho	I		I	I	I	I	I																																		
			Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																									
			Sensibilização para o cumprimento dos procedimentos internos	I		I	I	I	I	I																																		
			Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																									
			Inadequada partilha de informação fora do posto de trabalho																																									
Operações Administrativas	Controlar e monitorizar procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores monetários	Controlar e monitorizar procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores monetários	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	I		I	I	I	I	I																																		
			Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I		I	I	I	I	I																																		
			Controlar e monitorizar o cumprimento da Norma de Controlo Interno	I		I	I	I	I	I																																		
			Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I		I	I	I	I	I																																		
			Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	I		I	I	I	I	I																																		
	Movimentação de montantes sem autorização	Movimentação de montantes sem autorização	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos	I		I	I	I	I	I																																		
			Metodologias de verificação sistemática	I		I	I	I	I	I																																		
			Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	I		I	I	I	I	I																																		
			Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I		I	I	I	I	I																																		
			Monitóriação do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I		I	I	I	I	I																																		
Operações Financeiras	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	I		I	I	I	I	I																																		
			Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I		I	I	I	I	I																																		
			Monitóriação do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I		I	I	I	I	I																																		
			Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	I		I	I	I	I	I																																		
			Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	I		I	I	I	I	I																																		
	Operações Financeiras	Operações Financeiras	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I		I	I	I	I	I																																		
			Monitóriação do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I		I	I	I	I	I																																		
			Monitóriação do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I		I	I	I	I	I																																		
			Monitóriação do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I		I	I	I	I	I																																		
			Monitóriação do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	I		I	I	I	I	I																																		

Legenda:

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido Moderado Elevado

Riscos Específicos		Atividades																																												
	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo																																												
		GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPE	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT				
Execução de Procedimentos de Contratação Pública	Omissão no caderno de encargos de determinadas especificações técnicas, quanto à natureza do objeto do contrato a celebrar.	Existência de análise e supervisão das propostas aquisitivas para verificação do cumprimento dos requisitos												I																																
	Controlo deficiente sobre situações de conflitos de interesses	Existência de documentação que comprove os serviços requerentes para a definição das especificidades dos requisitos técnicos do caderno de encargos												I																																
	Repartição da despesa desvirtuando o enquadramento do procedimento adequado, nos termos do CCP	Elaboração das especificações técnicas mediante as fichas técnicas dos produtos necessários de adquirir e que estejam disponíveis no mercado (no caso de aquisições urgentes)												I																																
	Ausência de fundamentação do preço base	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em procedimentos de contratação pública, bem como pelos gestores de contratos												I																																
	Recurso inadequado ao procedimento por ajuste direto	Verificação da análise de cabimento e GOP pela Divisão do Plano e Controlo Orçamental (DPCO) no pedido de aquisição												I																																
	Insuficiente fundamentação/níveis de discricionariedade pouco adequados na análise e seleção das propostas	Plano Anual de Atividades e análise dos pedidos de aquisição à luz do artigo 22.º do CCP												I																																
	Falta de avaliação pós-contratual dos fornecedores	Existência de análise e supervisão dos pedidos aquisitivos para verificação do cumprimento dos requisitos												I																																
	Não respeitar o triénio das entidades a convidar	Análise e verificação da existência de equipa multidisciplinar, que assegurem uma análise rigorosa e imparcial												I																																
	Não respeitar a relação entre empresas	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em procedimentos de contratação pública, bem como pelos gestores de contratos												I																																
	Inexistência de aplicação das penalidades contratuais	Realização de avaliação da qualidade dos materiais fornecidos												I																																
Monitorização dos Contratos	Aceitação de propostas (de entidades/operadores) que não cumpram os requisitos legais e normativos municipais	Análise prévia pelo júri nomeado da exigibilidade das entidades/operadores												I																																
	Realização de consultas preliminares ao mercado sem suporte documental	Monitorização do devido enquadramento e fundamentação das propostas nos termos do CCP												I																																
	Deficiente articulação entre as várias unidades orgânicas/intervenientes	Realização de Diligência Devida												I																																
	Falta de advertência quando sejam detetadas situações irregulares ou derrapagens nos prazos	Redação de um informe, fundamentando a impossibilidade de suporte documental das consultas preliminares e identificação das entidades comuns aos prazos praticados, bem como os prazos de entrega dos bens/fornecimento dos serviços à contratualizar												I																																
	Deficiente acompanhamento dos contratos	Comunicação eficaz												I																																

Legenda:

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido Moderado Elevado

Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido** **Moderado** **Elevado**

Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado, EI - Em Implementação, PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reducido**

Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido**

Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido**

Riscos Específicos

Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido**

Riscos Específicos		Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	Grau de Risco:																																			
GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPEs	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses														I																							
			Segregação de Funções															I																						
			Registo de ofertas																I																					
			Equipa multidisciplinar que assegura uma análise rigorosa e imparcial																	I																				
			Análise do histórico da entidade beneficiária																I																					
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	Ausência ou deficiente r eporte de execução	Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																																					
			Critérios, objetividade e transparéncia nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)																																					
			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																I																					
			Segregação de Funções																I																					
			Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																	I																				
Inexistência de avaliação do impacto/dos resultados das iniciativas/programas	Inexistência de avaliação do impacto/dos resultados das iniciativas/programas	Ausência ou deficiente r eporte de execução	Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos																I																					
			Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos																I																					
			Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																I																					
			Critérios de análise pré-definidos																I																					
			Fundamentação técnico-jurídica																I																					
	Inexistência de avaliação do impacto/dos resultados das iniciativas/programas	Inexistência de avaliação do impacto/dos resultados das iniciativas/programas	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução																I																					
			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																I																					
			Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																	I																				
			Critérios técnicos pre-definidos																I																					
			Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam																I																					
Corrupção e Infrações Conexas	Corrupção e Infrações Conexas	Ausência ou deficiente r eporte de execução	Segregação de funções																I																					
			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios em qualquer âmbito																I																					
			Meios de acompanhamento e controlo																I																					
			Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos																I																					
			Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos																I																					
	Corrupção e Infrações Conexas	Inexistência de avaliação do impacto/dos resultados das iniciativas/programas	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos																I																					
			Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																I																					
			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																I																					
			Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados																I																					
			Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																I																					
Riscos Gerais	Riscos Gerais	Ausência ou deficiente r eporte de execução	Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados																	I																				
			Segregação de Funções																I																					
			Registo de ofertas																I																					
			Equipa multidisciplinar que assegura uma análise rigorosa e imparcial																I																					
			Análise do histórico da entidade beneficiária																I																					
	Inexistência de avaliação do impacto/dos resultados das iniciativas/programas	Inexistência de avaliação do impacto/dos resultados das iniciativas/programas	Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade																I																					
			Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos																I																					
			Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária																I																					
			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																I																					
			Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados																I																					

Legenda:

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido Moderado Elevado

Riscos Específicos		Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	Grau de Risco:																																										
					GPRE	DPF	SPC	DSE	DAJ	DCS	DTI	DRH	DRE	DSI	DFI	DAP	DCP	DCC	DAG	DLC	DTQ	DPL	DMP	DAB	DPH	DPR	DPE	DLU	DEL	DES	DLEC	DPS	DAM	DPC	DDS	DLS	DED	DAF	DPT	CROA	DIV	DTM	DME	DRU	DAT		
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																																													
		Segregação de Funções																																													
		Grupos de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados																																													
		Análise do histórico da entidade beneficiária																																													
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	Registo de ofertas																																													
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito																																													
		Segregação de funções																																													
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da ienção, da imparcialidade e da equidade																																													
		Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos																																													
		Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos																																													
Licenciamentos	Ausência ou deficiente reporte de execução	Relatório de execução pela entidade beneficiária																																													
		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																																													
		Segregação de Funções																																													
		Relatórios de acompanhamento da execução, com conhecimento da cadeia hierárquica																																													
	Inexistência de avaliação do impacto/dos resultados do projeto	Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados																																													
		Relatório de execução pela entidade beneficiária																																													
		Relatórios de acompanhamento da execução, com conhecimento da cadeia hierárquica																																													
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	Relatório de execução pela entidade beneficiária																																													
		Segregação de Funções																																													
		Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas juntos dos cidadãos																																													
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo de licenciamento	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																																													
		Segregação de Funções																																													
		Registo de ofertas																																													
		Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial																																													
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	Análise do histórico da entidade beneficiária																																													
		Existência de critérios técnicos pré-definidos e Regulamentos Municipais																																													
		Envio de informação com diversos intervenientes que analisam, avaliam e autorizam																																													
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação/decisão	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos																																													
		Implementação do Power BI de produtividade do Departamento																																													
		Responsabilização da chefia para alteração do técnico atribuído																																													
Licenciamentos	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos																																													
		Realização de ação de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos																																													
		Actualização de informação																																													
		Realização de reuniões regulares																																													
	Falta de imparcialidade potenciada pela/não atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	Envio sistemático de Manuais de procedimentos																																													
		Segregação de funções																																													
		Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases																																													
		Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos																																													
		Notificação da chefia para cada funcionário por parte da chefia directa, nos casos de incumprimento sistemático de prazos																																													
		Implementação do Power BI de prestação de serviço de cada divisão do departamento																																													
	Falta de imparcialidade potenciada pela/não atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																																													
		Segregação de Funções																																													
		Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos																																													
		Definição de equipas atribuídas a cada natureza de processo																																													

Legenda:

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido Moderado Elevado

Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reduzido**

Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido Moderado Elevado

Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado, EI - Em Implementação, PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reducido**

Riscos Específicos		Atividades	Identificação das Situações de Risco	Mecanismos de Controlo	Grau de Risco:																															
Projetos Cofinanciados	Ausência ou deficiente r eporte de execução		Divulgação sistemática dos resultados das candidaturas apresentadas																																	
			Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica																																	
			Elaboração de relatórios de controlo																																	
			Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																																	
	Favorecimento na apresentação de pedidos de pagamento		Segregação de funções																																	
			Realização de ações de controlo da própria Direção																																	
			Relatórios internais / anuais às Autoridades de Gestão																																	
	Incorreta verificação da conformidade da despesa		Elaboração de relatórios de controlo																																	
			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																																	
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra		Segregação de funções																																	
			Realização de ações de fiscalização e controlo planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica																																	
			Elaboração de relatórios de controlo																																	
			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																																	
			Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																																	
			Segregação de funções																																	
			Normatização no nível de Procedimentos que garante a uniformização na confiabilidade da informação da despesa																																	
	Elevado volume de trabalhos complementares		Realização de ações de fiscalização e controlo planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica																																	
			Elaboração de relatórios de controlo																																	
			Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																																	
			Segregação de funções																																	
			Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos																																	
			Frequência de ações de formação sobre legislação																																	
			Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial																																	
			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																																	
Deficiente controlo do plano de investimentos	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras		Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica																																	
			Elaboração de relatórios de controlo																																	
			Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses																																	
			Segregação de funções																																	
	Deficiente controlo do plano de investimentos		Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial																																	
			Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos																																	
			Frequência de ações de formação sobre legislação																																	
Planeamento e Ordenamento do Território			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																																	
			Realização de reuniões de acompanhamento com a área financeira																																	
			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de interesses																																	
			Realização de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática e gestão de processos																																	
			Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão, com prazos legais pré-definidos																																	
			Segregação de Funções nas diferentes fases dos processos.																																	
			Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos processos e análise dos relatórios de execução.																																	
			Critérios de análise pré-definidos.																																	
			Fundamentação técnico-jurídica.																																	

Legenda:

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido Moderado Elevado

Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: Reduzido Moderado Elevado

Legenda

Estado de Implementação: I - Implementado EI - Em Implementação PI - Por Implementar

Grau de Risco: **Reducido**

ANEXO IV – INQUÉRITOS DE AVALIAÇÃO ANUAL

Presidência									Responsável: Coordenador
Gabinete da Presidência (GPRE)									
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Gestão de Ofertas Institucionais	Controlo deficiente das ofertas institucionais	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Código de Ética e Conduta, onde constam as diretrizes de atuação	Implementado	
							Acompanhamento e supervisão pelos dirigentes	Implementado	
							Registo das ofertas institucionais e articulação para gestão interna dos bens/serviços	Implementado	
							Registo de acesso público das ofertas institucionais, disponibilizado no site institucional	Implementado	

Presidência								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização (DPF)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petиções e sugestões	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorrectas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
							Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
							Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
							Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos Metodologias de verificação sistemática	Implementado
							Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado

Presidência								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento no município em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado agente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de atribuição indiferenciada de processo Rotatividade de equipas	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Apropriação indevida de artigos resultantes de apreensões decorrentes da atividade operacional	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração do Auto de Apreensão com indicação de todos os artigos apreendidos e respetivas guias de entrega para posterior conferência	Implementado
	Incorrecta identificação das áreas florestais e das zonas de maior risco, comprometendo a eficácia do PDFCI no combate a uma catástrofe	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Rigorosa elaboração da cartografia das zonas florestais e identificação das suas características Monitorização e atualização da informação	Implementado
	Incumprimento dos prazos legais quanto às ações de prevenção de incêndios florestais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Policimento	Deficiente controlo dos materiais e/ou equipamentos apreendidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de contabilização e registo dos materiais e/ou equipamentos	Implementado
	Perda da receita da cobrança em numerário	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Emissão de comprovativo de pagamento	Implementado
	Utilização e/ou apropriação indevida dos bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo efetivo e permanente dos bens armazenados Responsabilização dos intervenientes	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
Elaboração de pareceres, estudos e análise técnica (Processos de Tutela Urbanística)	Existência de erros, omissões ou ambiguidade	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento de legislação e conhecimento da matéria.	Implementado
	Insuficiente fundamentação / níveis de discricionariedade pouco adequados	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento de legislação e conhecimento da matéria.	Implementado
	Violação dos deveres de isenção e de imparcialidade	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição da Declaração de conformidade com a Política Anticorrupção Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam Subscrição da Declaração de Conhecimento da Política de Gestão de Conflito de Interesses	Implementado

Presidência Serviço Municipal de Proteção Civil (SPC)								Responsável: Diretor de Departamento	
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções Registo de empréstimo de material	Implementado	
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo Responsabilização dos intervenientes Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado	
	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qual quer âmbito Realização de Diligência Devida	Implementado	
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qual quer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	
Atribuição de Apoios Financeiros	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Medidas previstas nos protocolos com os Corpos de Bombeiros	Implementado	
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
	Falta de imparcialidade e isenção na promoção de parceiros entre entidades externas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de funções Cumprimento do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro	Implementado	
	Incumprimento dos planos de resposta a emergências	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de funções Validação das decisões cruciais pelo Centro Municipal de Operações de Socorro	Implementado	
Proteção Civil	Falta de imparcialidade e isenção na promoção de parceiros entre entidades externas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de funções Cumprimento do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro	Implementado	
	Incumprimento dos planos de resposta a emergências	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de funções Validação das decisões cruciais pelo Centro Municipal de Operações de Socorro	Implementado	

Presidência									Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado	
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo Responsabilização dos intervenientes	Implementado	
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Calendarização conjunta de iniciativas Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado	
Segurança da Informação	Utilização indevida de imagens captadas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno Responsabilização dos intervenientes Garantir a eliminação das imagens gravadas ao fim de 30 dias para dar cumprimento ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados	Implementado	
	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado	
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado	
	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise periódica dos registos de operações efetuadas Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas Ativação de alertas Sistema de controlo e registo dos equipamentos disponíveis/atribuídos permanentemente atualizado Realização de backups	Implementado	

Presidência									Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Assuntos Jurídicos (DAJ)									
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Assuntos Jurídicos	Manipulação, ocultação ou destruição intencional de informação recebida/enviada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado	
							Sistema de registo e tratamento da informação com mecanismos de segurança assegurados	Implementado	
							Segregação de funções	Implementado	
							Acompanhamento por parte de intervenientes de distintos níveis hierárquicos e unidades de estrutura	Implementado	
	Incumprimento de prazos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado	
							Supervisão do cumprimento dos prazos legais	Implementado	
	Deficiente enquadramento legal, regulamentar e contratual na elaboração e/ou celebração de contratos, protocolos e outros instrumentos jurídico-institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras específicas na formalização das propostas, vinculando-as ao cumprimento da legislação em vigor ou de regulamentação municipal	Implementado	
	Falta ou deficiente implementação das recomendações/procedimentos impostos para execução de sentenças judiciais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação da informação e procedimentos, normas a implementar para que a decisão judicial/situação seja acatada/colmatada/evitada de futuro	Implementado	
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado	
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas envolvidas no processo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	
							Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado	

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT) Departamento de Comunicação e Serviço ao Cidadão (DCS)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petiçãoes e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Realização de reuniões de trabalho periódicas Uniformização dos métodos/procedimentos de trabalho	Implementado
	Inadequada partilha de informação fora do posto de trabalho	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sensibilização para o cumprimento dos procedimentos internos Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT) Departamento de Comunicação e Serviço ao Cidadão (DCS) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
							Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
	Ausência de estratégia de articulação com os meios de comunicação social	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Metodologia de orientações e regras de conduta na relação interna/externa previamente definidas que conduzem a envio de press release e notas de agenda para lista contactos definida	Implementado
							Esclarecimento de jornalistas em resposta a pedidos enviados via email e/ou contactos telefónico via assessoria de imprensa	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos	Implementado
	Ausência de informação sistematizada de forma clara e disponível no site e intranet (transparéncia administrativa)	1	2	2	Reduzido		Existência de mecanismos que asseguram a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização em articulação com as áreas e equipas responsáveis pela produção de conteúdos	Implementado
							Existência de manual de comunicação para garantir que esta acontece de forma clara e inclusiva a todos os níveis	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT) Departamento de Tecnologias de Informação (DTI)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Responsabilização dos intervenientes Calendarização conjunta de iniciativas Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Em Implementação
Segurança da Informação	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação ou disponibilização de acesso às mesmas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Segregação de Funções Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos Formalização de denúncias relativas a tratamento de dados pessoais através do Portal existente para o efeito Relato de incidente de segurança ao Centro Nacional de Cibersegurança	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT) Departamento de Tecnologias de Informação (DTI) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Segurança da Informação	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Em Implementação
							Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas	Em Implementação
							Ativação de alertas	Em Implementação
							Sistema de controlo e registo dos equipamentos disponíveisatribuídos permanentemente atualizado	Implementado
							Realização de backups	Implementado
	Incumprimento do plano de <i>backups</i> definido	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Revisão periódica das permissões atribuídas	Implementado
							Realizar testes de verificação	Implementado
							Registo de operações e de verificação de backups	Em Implementação
Avaliação do Risco	Ausência de verificação do estado dos dados de <i>backup</i>	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Definição de escalamento e registo de ações desenvolvidas	Implementado
							Revisão periódica das permissões atribuídas	Em Implementação
							Realizar testes de verificação	Em Implementação
							Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Em Implementação
							Monitorização periódica de dados por parte dos responsáveis pelas aplicações/sistemas	Em Implementação

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petиções e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Registo de todos os documentos na aplicação de gestão documental	Implementado
Recrutamento e Gestão de RH	Controlo deficiente sobre procedimentos de pagamento de salários e de despesas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções com dois níveis de validação Restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença e, existência de dois níveis de conferência da informação inserida Duplo nível de conferência da documentação e restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença Procedimentos/metodologias que minimizam ou eliminam os erros, mediante a conferência e atualização regular dos processos	Implementado
	Acesso indevido às informações de cadastro, remunerações mensais e quebras de sigilo, bem como às declarações de registo de interesses	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Perfis de acesso reservado Níveis diferenciados de acesso ao sistema informático de gestão de pessoal Acesso restrito ao arquivo físico de processos individuais dos trabalhadores	Implementado
	Deficiente controlo do regime de acumulação de funções e/ou com insuficiente informação de suporte	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Análise criteriosa e solicitação de esclarecimentos adicionais sempre que se revelem necessários ao rigor da avaliação	Implementado
	Recurso excessivo ao trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes do serviço	3	2	6	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise prévia da fundamentação aduzida pelos serviços, justificativa do recurso à realização de trabalho extraordinário Formação de sensibilização com vista a reduzir o trabalho suplementar	Implementado
	Deficiente gestão das quotas atribuídas na avaliação de desempenho	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização das avaliações atribuídas e das percentagens máximas legalmente permitidas	Implementado
	Favorecimento dos candidatos na realização de estágios profissionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Clareza nos critérios de seleção, bem como na descrição das funções a desempenhar	Implementado
	Utilização de critérios de avaliação pouco objetivos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Formação profissional em definição de objetivos, indicadores de medida e critérios de superação Objetivos exequíveis e coerentes Reuniões avaliador/avaliado	Implementado
	Benefícios/prejuízos indevidos resultantes de deficiente registo e avaliação de ausências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções com dois níveis de validação Restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença e existência de dois níveis de conferência da informação inserida	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)									Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Recursos Humanos (DRH) - cont.									
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo		Estado
Recrutamento e Gestão de RH	Inserção inadequada de certificados de incapacidade temporária para o trabalho e de outros documentos justificativos da ausência ao serviço	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Inserção efetuada exclusivamente pela equipa de gestão de assiduidade	Implementado	
	Deficiente controlo de distribuição de equipamentos de proteção individual e fardamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de um duplo nível de conferência da documentação e, restrição no acesso a códigos de justificação de ausências por doença	Implementado	
	Ausência ou deficiente levantamento de competências por função	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Identificação dos equipamentos existentes	Implementado	
	Desadequação das propostas de mobilidade e/ou não avaliação de pedidos de mobilidade internos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento de necessidades dos equipamentos	Implementado	
	Discretionalidade, ambiguidade e/ou subjetividade na avaliação dos candidatos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envolvimento dos dirigentes no desenvolvimento deste instrumento, bem como na constante atualização dos perfis de competências	Implementado	
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Avaliação prévia do perfil de competências e/ou das necessidades evidenciadas em mapa pessoal	Implementado	
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Informação agregada de pedidos de mobilidade	Implementado	
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de Diligéncia Devida	Por Implementar	
Gestão Financeira	Incumprimento das regras legais inerentes aos processamentos de despesa e de receita	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios que permitam que o recrutamento do pessoal seja levado a cabo dentro de princípios de equidade	Implementado	
	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de Diligéncia Devida	Implementado	
							Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado	
							Segregação de funções	Implementado	
							Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo	Implementado	

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)								
Departamento de Eventos e Representação (DRE)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções Registo de entrada e saída de material	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização da Diligéncia Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Eventos e Representação (DRE) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido		Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Divulgação do Plano de Comunicação da CMC	Implementado
							Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado

Direção Municipal de Comunicação, Tecnologia e Imagem (DMCT) Departamento de Sistemas de Informação Geográfica (DSI)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Segurança da Informação	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	1	2	2	Reduzido		Segregação de Funções	Implementado
	Eliminação/Alteração indevida de dados	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado
							Análise periódica dos registos de operações efetuadas	Implementado
							Ativação de alertas	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

Departamento Financeiro (DFI)

Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petиções e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorrectas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

Departamento Financeiro (DFI) - cont.

Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Assuntos Jurídicos	Manipulação, ocultação ou destruição intencional de informação recebida/enviada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade Sistema de registo e tratamento da informação com mecanismos de segurança assegurados Segregação de funções Acompanhamento por parte de intervenientes de distintos níveis hierárquicos e unidades de estrutura	Implementado
	Incumprimento de prazos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases Supervisão do cumprimento dos prazos legais	Implementado
	Deficiente enquadramento legal, regulamentar e contratual na elaboração e/ou celebração de contratos, protocolos e outros instrumentos jurídico-institucionais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras específicas na formalização das propostas, vinculando-as ao cumprimento da legislação em vigor ou de regulação municipal	Implementado
	Falta ou deficiente implementação das recomendações/procedimentos impostos para execução de sentenças judiciais	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação da informação e procedimentos, normas a implementar para que a decisão judicial/situação seja acatada/colmatada/evitada de futuro	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas envolvidas no processo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)

Departamento Financeiro (DFI) - cont.

Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão Financeira	Incumprimento das regras legais inerentes aos processamentos de despesa e de receita	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Segregação de Funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Segregação de Funções Verificação e monitorização do seu cumprimento Responsabilização dos intervenientes Definição de um sistema de articulação interna de circulação de informação	Implementado
	Alterações e revisões propostas desajustadas das necessidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Base de dados com as necessidades de cada momento Reuniões de monitorização antes de fechar as propostas	Implementado
	Reporte de informação desatualizada ou incorreta	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Base de dados, automatizada, que forneça os dados de reporte obrigatório Utilizar, sempre que possível, os dados produzidos pelo sistema de contabilidade Criação de alertas Verificação e validação da informação através da conferência dos dados reportados entre os diversos mapas	Implementado
	Não cumprimento das exigências legais e procedimentos formais na contratação de empréstimos, podendo comprometer o limite de endividamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência (ou criação) de equipa de técnicos responsáveis pelo acompanhamento do serviço da dívida e endividamento do Município Segregação de funções	Implementado
	Incumprimento de princípios e regras, orçamentais e previsionais, definidos em diploma legal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do enquadramento, viabilidade e legalidade dos objetivos propostos Informação atualizada, catalogada e disponível de legislação e jurisprudência	Implementado
	Incumprimento do estabelecido para a realização de pagamentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Segregação de funções	Implementado
	Alteração dos princípios contabilísticos utilizados, comprometendo a análise e comparabilidade da situação financeira	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões prévias e de acompanhamento com os responsáveis das UO, no decorrer do processo de elaboração do Orçamento e Grandes Opções de Plano Identificação clara e justificada das alterações, nos reportes e documentos elaborados e apresentados	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG) Departamento de Assuntos Patrimoniais (DAP)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens Imóveis adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens Moveis adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Em Implementação
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado Em Implementação
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado Implementado Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG) Departamento de Contratação Pública (DCP)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Procedimentos de Contratação Pública	Omissão no caderno de encargos de determinadas especificações técnicas, quanto à natureza do objeto do contrato a celebrar	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Existência de análise e supervisão das propostas aquisitivas para verificação do cumprimento dos requisitos Estreita colaboração com serviços requisitantes para a definição das especificidades dos requisitos técnicos do caderno de encargos Existência de documento junto ao pedido aquisitivo que contemple as especificações técnicas Elaboração das especificações técnicas mediante as fichas técnicas dos produtos necessários de adquirir e que estejam disponíveis no mercado (no caso de aquisições urgentes)	Implementado
	Controlo deficiente sobre situações de conflitos de interesses	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em procedimentos de contratação pública, bem como pelos gestores de contratos	Implementado
	Repartição da despesa desvirtuando o enquadramento do procedimento adequado, nos termos do CCP	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Verificação da análise de cabimento e GOP pela Divisão do Plano e Controlo Orçamental (DPCO) no pedido de aquisição Plano Anual de Atividades e análise dos pedidos de aquisição à luz do artigo 22.º do CCP Existência de análise e supervisão dos pedidos aquisitivos para verificação do cumprimento dos requisitos	Implementado
	Falta de cabimentação prévia da despesa	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise e verificação da existência de cabimento prévio/GOP no pedido de aquisição Verificação da análise de cabimento e GOP pela Divisão do Plano e Controlo Orçamental (DPCO) no pedido de aquisição	Implementado
	Ausência de fundamentação do preço base	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Consultas preliminares/evidências sites/Portal Base/procedimentos anteriores	Implementado
	Recurso inadequado ao procedimento por ajuste direto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Apresentação de propostas devidamente enquadradas e fundamentadas nos termos do Código dos Contratos Públicos Existência de parâmetros de avaliação, e equipa multidisciplinar, que assegurem uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
	Insuficiente fundamentação/níveis de discricionariedade pouco adequados na análise e seleção das propostas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Crítérios de avaliação e equipa multidisciplinar que assegurem uma análise rigorosa e imparcial Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em procedimentos de contratação pública, bem como pelos gestores de contratos	Implementado
	Falta de avaliação pós-contratual dos fornecedores	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise da Ficha de contrato Realização de avaliação ao fornecedor Atualização da base de dados	Implementado
	Não respeitar o triénio das entidades a convidar	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Confirmação dos valores acumulados em triénio	Implementado
	Não respeitar a relação entre empresas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Confirmação da não existência de relacionamento entre empresas	Implementado
	Inexistência de aplicação das penalidades contratuais	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Controlo periódico dos fornecimentos Realização de avaliação de fornecedores e qualidade dos materiais fornecidos	Implementado
	Aceitação de propostas (de entidades/operadores) que não cumpram os requisitos legais e normativos municipais	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise prévia pelo júri nomeado da exigibilidade das entidades/operadores Monitorização do devido enquadramento e fundamentação das propostas nos termos do CCP Realização de Diligência Devida	Implementado
	Realização de consultas preliminares ao mercado sem suporte documental	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Redação de uma informação, fundamentando a impossibilidade de suporte documental das consultas preliminares e identificação das entidades contactadas, dos preços praticados, bem como dos prazos de entrega dos bens/prestação dos serviços a contratualizar	Implementado
	Deficiente articulação entre as várias unidades orgânicas/intervenientes	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Comunicação eficaz Realização, na medida do permitido pela urgência registada, da agregação de necessidades face aos intervenientes envolvidos	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG) Departamento de Contratação Pública (DCP) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Monitorização dos Contratos	Falta de advertência quando sejam detetadas situações irregulares ou derrapagens nos prazos	2	3	6	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Formalização das advertências assim que as irregularidades sejam comunicadas pelo Gestor de Contrato Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento do prazo do contrato	Implementado
	Deficiente acompanhamento dos contratos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise e encaminhamento das reclamações efetuadas pelos serviços Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos	Implementado
							Metodologias de verificação e acompanhamento do reportado pelo Gestor de Contrato referente a cronogramas de prazo de execução, modificações ao contrato e preço contratual	Implementado
Gestão do Património Municipal	Deficiente controlo das existências	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG) Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Em Implementação
Controlo Interno	Incumprimento da programação de realização de auditorias	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de controlo Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria	1	2	2			Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2			Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Em Implementação
Atribuição de Apoios Financeiros	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Relatórios de execução Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG) Departamento de Contabilidade e Controlo (DCC) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão Financeira	Incumprimento das regras legais inerentes aos processamentos de despesa e de receita	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Segregação de Funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de verbas e valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Segregação de Funções Verificação e monitorização do seu cumprimento Responsabilização dos intervenientes	Implementado
	Reporte de informação desatualizada ou incorreta	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Base de dados, automatizada, que forneça os dados de reporte obrigatório Utilizar, sempre que possível, os dados produzidos pelo sistema de contabilidade Criação de alertas Verificação e validação da informação através da conferência dos dados reportados entre os diversos mapas	Em Implementação
	Incumprimento de princípios e regras, orçamentais e previsionais, definidos em diploma legal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Informação atualizada, catalogada e disponível de legislação e jurisprudência Monitorização do enquadramento, viabilidade e legalidade	Implementado
	Erros e/ou omissões no registo contabilístico de imobilizado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização e verificação dos registos efetuados	Implementado
	Incumprimento do estabelecido para a realização de pagamentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Segregação de funções	Implementado
	Alteração dos princípios contabilísticos utilizados, comprometendo a análise e comparabilidade da situação financeira	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Identificação clara e justificada das alterações, nos reportes e documentos elaborados e apresentados	Implementado

Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Apoio à Gestão (DAG)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Elaboração de candidaturas de valorização	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado Implementado Implementado Implementado Por Implementar
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Utilização indevida dos apoios recebidos	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência de articulação entre as UO originando a duplicação de iniciativas	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Criação de meios de comunicação internos, relativos às candidaturas de valorização	Por Implementar
Gestão do Domínio Público Marítimo e do Domínio Público Hídrico	Atribuição de títulos (licenciamentos e concessões) indevidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Registo de ofertas Análise do histórico da entidade beneficiária Procedimentos acompanhados e validados por vários elementos da equipa	Implementado Implementado Implementado Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado Implementado Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de Funções Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado Implementado
Acompanhamento da descentralização de competências	Ausência de controlo do sistema para verificações dos prazos legais de reporte	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Verificação e acompanhamento dos prazos, através de reuniões com as Unidades Orgânicas responsáveis	Implementado
	Incumprimento das obrigações da CMC na gestão dos centros de saúde	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Visitas diárias e reporte dos incidentes na plataforma GLOSE	Implementado
	Incorreta análise das despesas elegíveis para reporte à DGAL do FFD (Fundo de Financiamento da Descentralização)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Fundamentação técnica e jurídica das despesas elegíveis	Implementado
	Deficiente articulação interna na divulgação de informação proveniente de entidades externas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Articulação com as unidades orgânicas envolvidas no processo de descentralização Consulta dos portais institucionais das entidades externas competentes	Implementado

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)								Responsável: Diretor de Departamento				
Departamento de Planeamento e Controlo (DLC)												
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado				
Controlo Interno	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de controlo	Implementado				
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado				
							Segregação de funções	Implementado				
							Manual de Procedimentos da DACI	Implementado				
							Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata	Implementado				
	Incumprimento da programação de realização de auditorias					Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado				
							Plano Anual de Auditoria Interna aprovado em RC	Implementado				
							Programa de Auditoria Interna por AI a realizar	Implementado				
							Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata	Implementado				
							Programa de garantia de qualidade e melhoria	Implementado				
Controlo Externo	Falta de rigor no seguimento dos resultados da auditoria	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado				
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado				
							Segregação de funções	Implementado				
							Carta de Auditoria e Manual de Procedimentos com perfil do auditor	Implementado				
							Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata	Implementado				
	Falta de rigor e imparcialidade do auditor					Aceitar o risco	Plano Anual de Auditoria Interna aprovado em RC com ações de acompanhamento	Implementado				
							Checklist de acompanhamento das AI	Implementado				
							Mapa de Follow-up de AI's conforme previsto no Manual Procedimentos da DACI	Implementado				
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado				
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado				
Controlo Externos	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado				
							Reuniões Preparatórias de Auditoria com ata	Implementado				
							Reuniões de Equipa pós Auditorias para preparação do relatório. Nesta fase, a equipa deverá rever e analisar os resultados; consolidar as constatações,	Implementado				
							Programa de garantia de qualidade e melhoria	Implementado				
							Manual de Competências e Avaliação de Auditores Internos e Peritos Técnicos	Implementado				

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Transparência e Qualidade (DTQ)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução do Programa de Cumprimento Normativo	Favorecimento ou branqueamento de situações irregulares	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado
							Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
							Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado
							Implementação do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses	Implementado
	Violação dos princípios de legalidade, justiça, imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa-fé	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado
							Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
							Implementação do Manual de Gestão de Conflitos de Interesses Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado
							Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado
Avaliação da Implementação de Procedimentos	Deficiente enquadramento das matérias para aprovação superior	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado
							Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado
							Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado
	Acesso indevido a informações sigilosas constantes nas denúncias	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado
							Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado
							Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados	Implementado
							Tramitação de documentação em pastas de acesso reservado	Implementado
							Implementação do Manual de Procedimentos dos Canais para a Promoção da Transparência	Implementado
Análise das Reclamações e Ações de Melhoria	Atos de retaliação contra denunciantes	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado
							Cumprimento do estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações	Implementado

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR) Departamento de Transparência e Qualidade (DTQ) - cont.									Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Execução do Programa de Cumprimento Normativo	Morosidade ou ausência de resposta aos denunciantes	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimentos, sistema de alerta e monitorização dos prazos de resposta	Implementado	
	Utilização indevida de informação privilegiada	1	2	2			Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado	
	Atraso na publicitação e comunicação dos instrumentos de execução do Programa	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Designação de diversos Gestores de Denúncias	Implementado	
	Manipulação, ocultação ou destruição intencional de informação recebida/enviada	1	2	2			Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado	
					Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado	
							Tramitação de documentação em pastas de acesso reservado	Implementado	
							Procedimentos, sistema de alerta e monitorização dos prazos de resposta	Implementado	
							Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado	
							Plano de monitorização do Sistema de Gestão Anticorrupção	Implementado	
							Plano de comunicação do Sistema de Gestão Anticorrupção	Implementado	
					Reduzido	Aceitar o risco	Tramitação de todos os procedimentos através de plataforma informática com perfis de acesso reservado, permitindo rastrear toda a atividade	Implementado	
							Sistema de registo e tratamento da informação com mecanismos de segurança assegurados	Implementado	
							Segregação de funções (o visado não participa no processo de averiguação e tomada de decisão)	Implementado	
							Acompanhamento por parte de intervenientes de distintos níveis hierárquicos e unidades de estrutura	Implementado	
							Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Implementado	
							Implementação do Manual de Procedimentos	Implementado	

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR) Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Favorecimento no processo de escolha de entidades parceiras que intervenham no projeto	1	2	1	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Verificação dos critérios de elegibilidade estabelecidos para a escolha de parceiros (ex: Análise do histórico da entidade beneficiária)	Implementado
	Duplo financiamento	1	3	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Subscrição de Declaração de Beneficiário com preenchimento do "Questionário de Duplo Financiamento"	Implementado
							Aposição de logótipo/carambo na documentação física apresentada à comparticipação e no que concerne à recente documentação de despesa desmaterializada	Implementado
							Norma para inclusão no Manual de Procedimentos	Em Implementação
	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	3	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sensibilização dos trabalhadores diretamente envolvidos na gestão dos projetos (via reuniões sistemáticas e regulares)	Implementado
							Divulgação das normas estabelecidas para a gestão de projetos comparticipados no Município	Em Implementação
							Implementação de melhoria para reconhecimento do financiamento da despesa no módulo de gestão financeira (SNC), com identificação da operação financiada, taxa de afetação e/ou a respetiva elegibilidade da despesa;	Em Implementação
							Implementação no Sistema de Normalização Contabilística (AIRC) de um módulo dedicado ao reconhecimento dos subsídios de investimento / financiamento inventariado	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	2	2	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Norma para o acompanhamento e controlo das operações comparticipadas (vertida no Manual de Procedimentos) que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
							Realização de ações de verificação / acompanhamento & Elaboração de relatórios de controlo com base nos indicadores de Realização e Resultados da operação	Implementado

Direção Municipal de Captação de Recursos (DMCR)

Departamento de Projetos e Comparticipação de Fundos (DPL) - cont.

Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Ausência ou deficiente capacidade de reporte de execução	1	2	1	Reduzido	Aceitar o risco	Relatórios trimestrais de atividades da própria Direção Relatórios intercalares / anuais às Autoridades de Gestão	Implementado
	Favorecimento na apresentação de pedidos de pagamento	1	2	1	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
	Incorreta verificação da conformidade da despesa	2	2	2	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de funções Norma vertida no Manual de Procedimentos que garante a uniformização na verificação da conformidade da despesa	Implementado Implementado Em Implementação

Direção Municipal de Cultura (DMCL) Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petиções e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registe e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registe e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos Reuniões de monitorização/acompanhamento das ações	Em Implementação
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Auséncia de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Cultura (DMCL) Departamento de Museus e Promoção Cultural (DMP) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo Responsabilização dos intervenientes Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado

Relatório de Risco - Análise e Tratamento								Reservado para o Responsável
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2			Segregação de Funções	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Registo de ofertas	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2			Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2			Segregação de Funções	Implementado
							Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna	Implementado
							Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes	Implementado
							Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
							Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Cultura (DMCL) Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico (DAB)									Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petiçãoes e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado	
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	
	Informações incorretas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado	
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado	
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado	
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado	
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado	
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos Metodologias de verificação sistemática	Implementado	
	Movimentação de montantes sem autorização	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado	
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado	
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado	

Direção Municipal de Cultura (DMCL) Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico (DAB) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos Reuniões de monitorização/acompanhamento das ações	Implementado
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado
Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Promoção de Habitação (DPH)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar
							Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Por Implementar
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Por Implementar
Projetos de Obras Municipais	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado		Elaboração de relatórios de controlo	Por Implementar
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Por Implementar
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Por Implementar
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Por Implementar
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Por Implementar
	Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervenham no Processo	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo do Projeto	1	2	2	Reducido		Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Promoção de Habitação (DPH) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos de Obras Municipais	Ausência ou deficiente reporte da execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
Carta Municipal de Habitação	Favorecimento de Processo de escolha de Entidades parceiras que intervêm no Processo	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Implementado
	Deficiente acompanhamento da fase de diagnóstico	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Implementado
Ausência ou deficiente reporte da execução	Ausência ou deficiente reporte da execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Em Implementação
							Segregação de funções com atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Frequência de ações de formação sobre legislação	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Processos Especiais (DPR)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções com Apreciação Sequencial Hierarquizada	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Ações de formação	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Planeamento Estratégico (DPE)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Ordenamento do Território	Favorecimento no processo de elaboração e monitorização dos Instrumentos de Gestão Territorial	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses.	Implementado
	Utilização de critérios de avaliação inadequados/insuficientes	1	2	2	Reduzido		Elaboração de relatórios de controlo.	Implementado
	Acréscimo não fundamentado no tempo de apreciação/decisão	1	2	2	Reduzido		Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses.	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo dos IGT	1	2	2	Reduzido		Segregação de funções.	Implementado
						Aceitar o risco	Regras e procedimentos especificamente definidos	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão, com prazos legais pré-definidos.	Implementado
							Segregação de Funções nas diferentes fases dos processos.	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos processos e análise dos relatórios de execução.	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Licenciamento Urbanístico (DLU)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos, de forma equitativa	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	2	1	2	Reducido	Aceitar o risco	Responsabilização da chefia para alteração do técnico atribuído	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Ações de formação	Implementado
							Realização de reuniões regulares	Implementado
							Envio sistemático de Manuais de procedimentos	Implementado
Avaliação de Projetos	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
							Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Em Implementação
							Atribuição de tarefas com prazo a cada funcionário por parte da chefia direta, nos casos de incumprimento sistemático de prazos	Em Implementação
							Implementação de Power BI de prestação de serviço de cada divisão do departamento	Em Implementação
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de forma equitativa	Implementado
							Definição de equipas atribuídas a cada natureza de processo	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Estudos e Loteamentos (DEL)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Ordenamento do Território	Favorecimento na apreciação de processos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
Loteamentos municipais	Utilização de critérios de avaliação inadequados/insuficientes	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Regras e procedimentos especificamente definidos	Implementado
	Acréscimo não fundamentado no tempo de apreciação/decisão	1	2	2			Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2		Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2			Segregação de Funções	Implementado
Projetos municipais de arquitetura (habitação municipal, equipamentos)	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo de ofertas	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2			Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Utilização de critérios de elaboração inadequados/insuficientes	1	2	2		Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
	Acréscimo não fundamentado no tempo de elaboração/decisão	1	2	2			Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU) Departamento de Especialidades de Infraestruturas e de Edifícios (DES)									Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Segregação de Funções	Implementado	
							Registo de ofertas	Implementado	
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado	
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado	
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado	
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado	
							Ações de formação	Implementado	
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado	
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado	
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Segregação de Funções	Implementado	
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado	

Direção Municipal de Habitação, Planeamento e Urbanismo (DMPU)								Responsável: Chefe de Divisão
Divisão de Licenciamentos Económicos (DLEC)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Existência de critérios técnicos pré-definidos e Regulamentos Municipais	Implementado
							Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
Cobrança de taxas	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Implementação de Power BI de produtividade do Departamento	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
							Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
							Ações de formação	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação/decisão	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Em Implementação
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Em Implementação
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de Funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
Cobrança de taxas	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno	Implementado
							Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
							Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Por Implementar

Direção Municipal de Projetos Estruturantes (DMES)

Divisão de Projetos Estruturantes (DPES)

Responsável: Chefe de Divisão

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de controle e enquadradas pela cadeia hierárquica	Em Implementação
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Deficiente controlo do plano de investimentos	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Controle de Trabalhos complementares em todas as reuniões de obra	Em Implementação

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS) Departamento de Ambiente e do Mar (DAM)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Falta de imparcialidade na avaliação/ fiscalização de espaços verdes cuja manutenção esteja protocolada com entidade exterior	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos Elaboração de Relatórios de Fiscalização	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo Responsabilização dos intervenientes Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
						Aceitar o risco	Registo de ofertas	Por Implementar
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Critérios, objetividade e transparéncia nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Implementado
Realização de Programas Parceria	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Em Implementação
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
Realização de Programas Parceria	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Critérios técnicos pré-definidos	Implementado
							Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam	Implementado
Realização de Programas Parceria	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de acompanhamento e controlo	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
Realização de Programas Parceria	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)								
Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Segregação de funções nas diferentes fases do processo Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado Em Implementação
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Critérios de análise pré-definidos	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Critérios de monitorização pré-definidos Relatórios de acompanhamento da execução, com conhecimento da cadeia hierárquica Segregação de funções nas diferentes fases do processo Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de acompanhamento e controlo Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Ambiente e do Mar (DAM) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Registo de ofertas Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos Ações de formação	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela/na atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado técnico	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
Projetos Cofinanciados	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica Elaboração de relatórios de controlo Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções Existência de instrumentos que garantam que a recolha de opiniões é efetuada de forma isenta e imparcial (livro de reclamações e/ou de elogios, endereço eletrónico) Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica Elaboração de relatórios de controlo Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções Produção de indicadores e de controlo de dados Acompanhamento periódico da evolução dos indicadores	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação sistemática dos resultados das candidaturas apresentadas Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica Elaboração de relatórios de controlo Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS) Departamento de Participação e Cidadania (DPC)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Por Implementar
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Registo de ofertas Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de funções nas diferentes fases do processo Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos Fundamentação técnico-jurídica Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Por Implementar

Direção Municipal de Ambiente e Sustentabilidade (DMAS)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Participação e Cidadania (DPC) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados Análise do histórico da entidade beneficiária Repto de ofertas	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Segregação de funções Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Por Implementar
Realização de Projetos Participativos	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Critérios de análise pré-definidos Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Validação prévia da informação prestada nas ações de campanhas junto dos cidadãos	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS) Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS)									Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado	
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado	
							Segregação de funções	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
							Realização de Diligência Devida	Implementado	
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação	
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar	
							Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	Implementado	
Atribuição de Apoios Sociais	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado	
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação	
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Registo de ofertas	Implementado	
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado	
							Analise do histórico da entidade beneficiária	Implementado	
	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Por Implementar	
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação	
							Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)								
Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Sociais	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Segregação de Funções	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Solicitação de relatórios de execução	Implementado Implementado Em Implementação Implementado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Registo de ofertas Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado Implementado Implementado Implementado Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Crítérios, objetividade e transparéncia nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital) Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Por Implementar Implementado Implementado Por Implementar Implementado Em Implementação Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Crítérios de análise pré-definidos Fundamentação técnico-jurídica Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado Implementado Implementado Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Crítérios técnicos pré-definidos Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam Segregação de funções Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de acompanhamento e controlo Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado Implementado Implementado Implementado Implementado Em Implementação Implementado Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS) Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) - cont.									Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado	
Realização de Programas Parceria	Inexistência de avaliação dos resultados das iniciativas/programas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
Realização de Projetos Participativos	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Segregação de funções nas diferentes fases do processo Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado Por Implementar Implementado Em Implementação Implementado	
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Critérios de análise pré-definidos Fundamentação técnico-jurídica	Implementado Implementado Implementado Implementado	
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Critérios de monitorização pré-definidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de acompanhamento e controlo Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos Relatórios de acompanhamento da execução, com conhecimento da cadeia hierárquica	Implementado Implementado Implementado Implementado Implementado Implementado Em Implementação Implementado	

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS) Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Inexistência de avaliação dos resultados do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas juntos dos cidadãos	Implementado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes Calendarização conjunta de iniciativas Segregação de funções	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação do Plano de Comunicação da CMC Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado
	Ausência de informação sistematizada de forma clara e disponível no site e intranet (transparéncia administrativa)	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam Segregação de funções Existência de mecanismos que assegurem a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petiçãoes e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC) Prestação de esclarecimentos no preenchimento da Reclamação	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorrectas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de avaliação da eficácia e da satisfação do município	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Realização de reuniões de trabalho periódicas Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS) Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Existência de dossier financeiro com centro de custos	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Existência de Regulamento municipal prestações pecuniárias de caráter eventual	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
Atribuição de Apoios Sociais	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses						Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont.

Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Sociais	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
Ausência ou deficiente reporte de execução	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Segregação de Funções	Implementado
							Existência do Regulamento do Serviço de Atendimento Integrado de Ação Social (SAIAS)	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS) Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Subsídios	Favorecimento no processo de atribuição de subsídios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Analise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização indevida dos subsídios pelas entidades	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS) Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento				
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado				
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado				
							Segregação de Funções	Implementado				
							Registo de ofertas	Implementado				
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado				
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado				
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades					Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado				
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado				
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado				
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado				
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado				
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Crítérios de análise pré-definidos	Implementado				
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado				
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado				
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado				
							Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado				
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado				
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado				
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado				
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Em Implementação				
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado				
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado				

Direção Municipal de Saúde e Social (DMSS)

Departamento Local de Saúde e Solidariedade Social (DLS) - cont.

Responsável: Diretor de Departamento

Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Crítérios de análise pré-definidos	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Validação prévia da informação prestada nas ações de campanhas junto dos cidadãos	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Educação (DED) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atribuição de Apoios Financeiros	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Segregação de funções nas diferentes fases do processo Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
Atribuição de Apoios Sociais	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Registo de ofertas Segregação de funções nas diferentes fases do processo Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias dos apoios concedidos para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Segregação de funções nas diferentes fases do processo Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução Segregação de Funções	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Solicitação de relatórios de execução	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Educação (DED) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Crítérios, objetividade e transparéncia nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)									Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Educação (DED) - cont.									
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo		Estado
Realização de Projetos Participativos	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Segregação de Funções	Implementado	
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado	
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
Projetos Cofinanciados	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado	
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado	
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado	
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado	
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado	
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado	
	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado	
							Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado	
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
						Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos	Implementado	
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido		Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Segregação de Funções	Implementado	
	Favorecimento no processo de escolha de entidades parceiras que intervêm no projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas juntas dos cidadãos	Implementado	
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado	
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado	
							Segregação de funções	Implementado	
							Registo de ofertas	Implementado	
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado	
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado	

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Educação (DED) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Projetos Cofinanciados	Duplo financiamento	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
Projetos Cofinanciados	Utilização indevida dos apoios pelo Município	1	2	2	Reducido		Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
Projetos Cofinanciados	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
Projetos Cofinanciados	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Divulgação sistemática dos resultados das candidaturas apresentadas	Implementado
Projetos Cofinanciados	Favorecimento na apresentação de pedidos de pagamento	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC) Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	2	1	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	2	1	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis	Implementado
	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Em Implementação
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Por Implementar
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de Diligência Devida	Em Implementação
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Reuniões e visitas de acompanhamento durante a fase de implementação	Implementado
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								
Departamento de Desporto e Atividade Física (DAF) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Programas Parceria	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo de ofertas	Implementado
							Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Por Implementar
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reduzido		Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
							Critérios, objetividade e transparéncia nos procedimentos de concessão de apoios (correntes e/ou capital)	Implementado
Realização de Programas Parceria	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Segregação de Funções	Implementado
	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reduzido		Norma interna que garanta a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
							Meios de controlo de aplicação dos subsídios concedidos	Implementado
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado
Realização de Programas Parceria						Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado
							Fundamentação técnico-jurídica	Por Implementar
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Critérios técnicos pré-definidos	Implementado
							Existência de uma cadeia com diversos intervenientes que analisam e apreciam	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Promoção do Talento (DPT)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petição e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Encaminhamento dos trabalhadores para a área especializada nas questões colocadas Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)	Implementado
	Favorecimento no registo de entrada de documentos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Existência de norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado
	Informações incorrectas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Informação incorrecta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO)	Implementado
	Deficiente ou insuficiente articulação funcional interna com as unidades orgânicas, comprometendo o serviço de atendimento prestado	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC) e/ou gestão de processos (SPO) Realização de reuniões de trabalho periódicas	Implementado
Gestão do Património Municipal	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Deficiente controlo das existências	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Materiais armazenados sem reflexo contabilístico	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados	Implementado
	Apropriação indevida ou gestão incorreta de bens	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Tratamento desadequado/utilização indevida do património cultural municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração e divulgação, entre os utilizadores, dos Manuais de procedimentos Reuniões de monitorização/acompanhamento das ações	Implementado
	Dispersão geográfica/partilha do depósito de documentos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso condicionado/vigilância nos espaços de depósito de documentos em arquivo Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Apropriação indevida/extravio de documentos e/ou processos em arquivo	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos/levantamento de necessidades de ações de conservação do espólio documental/processual	Implementado
	Deslocação dos processos e documentos do Arquivo para os serviços	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado
	Ausência de medidas/práticas de conservação preventiva	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Planeamento atempado que permita a otimização dos recursos disponíveis Digitalização/desmaterialização de processos	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								
Departamento de Promoção do Talento (DPT) - cont.								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Gestão do Património Municipal	Falta de imparcialidade na atribuição de recursos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado
	Controlo deficiente sobre cumprimento dos protocolos de cedência de recursos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses Segregação de funções	Implementado
Atribuição de Apoios Financeiros	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial Análise do histórico da entidade beneficiária Segregação de funções Subscrição da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Realização de Diligência Devida	Implementado
	Utilização pelas entidades beneficiárias das verbas concedidas para fins diferentes dos que justificaram a sua atribuição	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Monitorização e acompanhamento dos projetos apoiados	Implementado
	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios concedidos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Evidências da utilização dos apoios financeiros Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado
	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Registo de ofertas Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de funções nas diferentes fases do processo Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento					
Departamento de Promoção do Talento (DPT) - cont.													
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado					
Realização de Programas Parceria	Deficiente acompanhamento e controlo da aplicação dos apoios atribuídos	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Critérios de análise pré-definidos	Implementado					
							Fundamentação técnico-jurídica	Implementado					
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
	Ausência ou deficiente reporte de execução						Segregação de funções nas diferentes fases do processo	Implementado					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado					
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos subsídios concedidos	Implementado					
							Meios de controlo de aplicação dos apoios concedidos	Implementado					
							Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado					
Realização de Projetos Participativos	Inexistência de avaliação do impacto das iniciativas/programas	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Segregação de Funções	Implementado					
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado					
							Analise do histórico da entidade beneficiária	Implementado					
	Favorecimento no processo da escolha do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Segregação de Funções	Implementado					
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado					
							Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado					
	Utilização indevida dos apoios pelas entidades	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado					
							Segregação de funções	Implementado					
							Norma interna que garante a uniformização dos procedimentos e a observância dos princípios da isenção, da imparcialidade e da equidade	Implementado					
							Sistema de informação para monitorização da aplicação dos apoios concedidos	Implementado					
	Deficiente acompanhamento e controlo do projeto	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Envio de relatório de execução pela entidade beneficiária	Implementado					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado					
							Realização de reuniões e ações de acompanhamento e supervisão dos projetos e análise dos relatórios de execução	Implementado					
							Critérios de análise pré-definidos	Implementado					
	Ausência ou deficiente reporte de execução	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Fundamentação técnico-jurídica	Implementado					
							Segregação de funções	Implementado					
							Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado					
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses pelos intervenientes em processos de análise e concessão de benefícios de qualquer âmbito	Implementado					

Direção Municipal de Educação, Ciência e Desporto (DMEC)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Promoção do Talento (DPT) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Realização de Projetos Participativos	Inexistência de avaliação do impacto do projeto	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Levantamento e adequação das iniciativas aos interesses e necessidades dos cidadãos Grupo de trabalho para avaliação do trabalho desenvolvido e monitorização dos resultados esperados	Implementado
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções Validação prévia da informação prestada nas ações de campanhas junto dos cidadãos	Implementado
Comunicação	Deficiente identificação das necessidades, eventos e/ou conhecimento de ações estratégicas desenvolvidas/programadas pelo Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Dinamização do sistema de comunicação e meios de divulgação/articulação interna Realização de reuniões periódicas entre serviços envolvidos para identificação das necessidades e canalização dos recursos existentes Calendarização conjunta de iniciativas Segregação de funções	Implementado
	Ausência de estratégia de articulação com os meios de comunicação social	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação do Plano de Comunicação da CMC Existência de Plano comunicação Cascais Jovem	Implementado
	Divulgação de informação incorreta através dos canais oficiais internos (intranet) e externos (portal e redes sociais)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Divulgação do Plano de Comunicação da CMC Metodologias de orientações e regras de conduta na relação interna/externa	Implementado
	Ausência de informação sistematizada de forma clara e disponível no site e intranet (transparéncia administrativa)	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cadeia com diversos intervenientes que analisam, apreciam e autorizam Segregação de funções Existência de mecanismos que assegurem a recolha, compilação e consolidação de informação e a sua atualização	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM) Centro de Recolha Oficial Animal (CROA)									Responsável: Coordenador
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo		Estado
Atendimento a Municípios e outras Partes Interessadas	Deficiente registo de reclamação/petiçãoes e sugestões	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação entregue no sistema de gestão documental (GDCC)		Implementado
	Informações incorrectas dos cidadãos e falta de verificação dos documentos entregues	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo e arquivo de toda a documentação entregue		Em Implementação
	Informação incorreta/desadequada transmitida aos cidadãos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Validação prévia da informação prestada nas ações e campanhas junto dos cidadãos Controlo de acesso a toda a informação necessária: informação, consulta, cópias, nos termos da lei Registo e respetiva tramitação de toda a documentação, entregue, no sistema de gestão documental (GDCC)		Implementado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis		Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis		Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Metodologias de verificação sistemática		Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis		Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento		Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento		Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)

Departamento de Infraestruturas e Vias (DIV)

Responsável: Diretor de Departamento

Relatório de Risco - Unidade de Gestão: Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)								Responsible: Director of Department
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento no município em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
Licenciamentos	Favorecimento no processo de licenciamento	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Não cumprimento dos prazos estipulados para as fases do processo de avaliação	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de Funções	Implementado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Registo de ofertas	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Equipa multidisciplinar que assegure uma análise rigorosa e imparcial	Implementado
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Análise do histórico da entidade beneficiária	Implementado
Operações Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
Operações Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
Operações Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Segregação de funções	Implementado
Operações Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
Operações Municipais	Deficiente controlo da execução e orçamento da obra	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparência, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Segregação de funções	Implementado
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM) Departamento de Transportes e Manutenção Auto (DTM)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Segurança da Informação	Incumprimento e/ou erro de interpretação das obrigações de informação	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos Reporte de informação periódica relativa à utilização da frota municipal aos serviços da Administração Direta Estado	Implementado
	Controlo deficiente sobre acessos a bases de dados e registos informáticos, incluindo controlo sobre gestão e partilha de passwords, perfis de acesso e proteção de dados	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses Segregação de Funções/Segregação de acessos Monitorização do estrito cumprimento do RGPD - Regulamento Geral da Proteção de Dados e do respetivo regulamento interno	Implementado
Manutenção da Frota do Município (Viaturas e Máquinas)	Deficiente controlo sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções Segregação de acessos	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo Responsabilização dos intervenientes Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	3	3	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado
	Deficiente avaliação/gestão de contratos da frota cuja manutenção esteja contratualizada com entidade externa	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
Planeamento e Gestão de Transportes	Utilização indevida de viaturas da frota municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo efetivo e permanente do sistema de gestão de frota	Implementado
	Deficiente supervisão e fiscalização da atividade dos operadores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Acompanhamento presencial da atividade dos operadores Monitorização da qualidade do serviço prestado	Em Implementação
	Insuficiente fundamentação na tomada de decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções Existência de critérios de análise pré-definidos Fundamentação técnico-jurídica Acompanhamento permanente	Em Implementação
	Inadequada monitorização dos serviços de transporte de passageiros e carga de mercadorias	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódico	Em Implementação

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM) Departamento de Obras e Manutenção de Edifícios (DME)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Recebimento de Taxas, Licenças e outros Valores	Controlo deficiente sobre procedimentos de cobrança, registo e contabilização de valores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Controlo deficiente do acondicionamento de valores monetários	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Erros nos pressupostos ou no cálculo das coimas/custas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Mecanismos automáticos de cálculo de coimas e custos Metodologias de verificação sistemática	Implementado
	Movimentação de montantes sem autorização	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Cumprimento do estabelecido na Norma de Controlo Interno Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis	Implementado
	Falta de cobrança ou cobrança indevida de taxas definidas	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
	Cobrança de valores sem emissão e entrega de fatura/recibo ou documento equivalente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização do cumprimento dos regulamentos e normas internas especificamente aplicáveis Sensibilização dos municípios para a solicitação de Recibo da operação de pagamento	Implementado
Manutenção de Infraestruturas, Edifícios, Equipamentos e Espaços Verdes	Controlo deficiente sobre procedimentos de utilização de equipamentos, veículos e outros bens ou valores patrimoniais ou financeiros, dos serviços ou à sua guarda	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de registo e de inventário e registo dos bens adquiridos/atribuídos/utilizados Segregação de funções	Implementado
	Falta de imparcialidade na avaliação/ fiscalização de espaços verdes cuja manutenção esteja protocolada com entidade exterior	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos	Implementado
	Deficiente articulação interna	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização prévia de reuniões para levantamento das necessidades de intervenção dos vários intervenientes no processo Responsabilização dos intervenientes Calendarização conjunta de iniciativas	Implementado
	Deficiente controlo do cumprimento dos prazos de execução das atividades de manutenção	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Implementação de procedimentos de alerta para o cumprimento dos prazos, em cada uma das fases	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Obras e Manutenção de Edifícios (DME) - cont.								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento no município em detrimento do Município	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado agente	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Sistema de atribuição indiferenciada de processo	Implementado
	Apropriação indevida de artigos resultantes de apreensões decorrentes da atividade operacional	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Incorreta identificação das áreas florestais e das zonas de maior risco, comprometendo a eficácia do PDFCI no combate a uma catástrofe	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Elaboração do Auto de Apreensão com indicação de todos os artigos apreendidos e respectivas guias de entrega para posterior conferência	Implementado
	Incumprimento dos prazos legais quanto às ações de prevenção de incêndios florestais	1	2	2	Reducido	Aceitar o risco	Rigorosa elaboração da cartografia das zonas florestais e identificação das suas características	Implementado
Execução de Obras Municipais	Deficiente controlo da execução da obra	2	2	4	Moderado	Mitigar ou Partilhar o risco	Realização de ações de fiscalização e controlo planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
	Elevado volume de trabalhos complementares	2	2	4	Moderado		Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
	Omissão de informação quanto a discrepâncias em obras	2	2	4	Moderado		Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
						Mitigar ou Partilhar o risco	Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
							Realização de ações de fiscalização planeadas e enquadradas pela cadeia hierárquica	Implementado
							Elaboração de relatórios de controlo	Implementado
							Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
							Segregação de funções	Implementado
							Atribuição indiferenciada dos processos aos técnicos de modo a garantir que a fiscalização seja efetuada de forma isenta e imparcial	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM) Departamento de Reabilitação Urbana (DRU)								Responsável: Diretor de Departamento
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Planeamento e Ordenamento do Território	Favorecimento na apreciação de processos	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Subscrição obrigatória da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Implementado
	Utilização de critérios de avaliação inadequados/insuficientes	1	1	1	Reduzido		Procedimento interno que regule o princípio da transparéncia, igualdade de tratamento e salvaguarda de conflitos de interesses	Implementado
	Acréscimo não fundamentado no tempo de apreciação/decisão	1	1	1	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções	Implementado
						Aceitar o risco	Regras e procedimentos especificamente definidos	Implementado
							Sistema de alerta dos tempos de apreciação/decisão na aplicação informática de gestão de processos	Implementado

Direção Municipal de Obras e Manutenção (DMOM)								Responsável: Diretor de Departamento
Departamento de Autoridade de Transportes (DAT)								
Atividades	Identificação das Situações de Risco	Probabilidade de Ocorrência	Gravidade da Consequência	Análise do Risco	Avaliação do Risco Nível do Risco	Tratamento do Risco	Mecanismos de Controlo	Estado
Fiscalização	Favorecimento do município em detrimento do Município	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações e medidas de reposição da legalidade devidamente discriminadas/documentadas	Implementado
	Intervenção não registada/indevidamente registada e arquivada	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatórios de fiscalização das ações executadas Monitorização sistemática de ações agendadas/efetuadas e do expediente recebido	Implementado
	Falta de imparcialidade potenciada pela atribuição de processo da mesma natureza/zona a determinado agente	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Sistema de atribuição indiferenciada de processo Rotatividade de equipas	Implementado
	Incumprimento e/ou erro de interpretação da legislação em vigor e/ou de regulamentação municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Inadequada supervisão e fiscalização das infraestruturas inerentes ao serviço de transportes públicos	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Visitas regulares aos locais onde estão sedeadas as infraestruturas Procedimentos e indicadores, sistematizados, a verificar aquando das visitas de supervisão Elaboração de relatórios de fiscalização, validados pela hierarquia	Implementado
	Utilização indevida de viaturas da frota municipal	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Controlo efetivo e permanente do sistema de gestão de frota Realização de ações de coordenação com os serviços internos envolvidos nos processos	Implementado
	Inadequada monitorização da exploração de serviço público de transporte de passageiros	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Elaboração de relatório de acompanhamento e monitorização periódico Acompanhamento presencial da atividade dos operadores Monitorização da qualidade do serviço prestado	Implementado
	Ausência ou inadequada supervisão e fiscalização da atividade dos operadores	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Monitorização da qualidade do serviço prestado	Implementado
Promoção dos Transportes e Mobilidade	Insuficiente fundamentação/níveis de discricionariedade pouco adequados na tomada de decisão	1	2	2	Reduzido	Aceitar o risco	Segregação de funções Existência de critérios de análise pré-definidos Fundamentação técnico-jurídica	Implementado